



RELATO INTEGRADO

PRÉ-SAL PETRÓLEO

2022



Pré-sal
Petróleo

APRESENTAÇÃO

No presente Relato Integrado (RI), demonstramos nossa capacidade de gerar valor para a sociedade a curto, médio e longo prazos. Buscamos uma abordagem clara e objetiva para disponibilizar informações qualificadas, coesas e transparentes sobre nosso modelo de negócio, apresentando a estratégia, as iniciativas de governança, o desempenho obtido em 2022 e as perspectivas futuras para a Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Sua elaboração está alinhada às diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC) – Conselho Internacional para Relato Integrado, que compartilha a visão de que comunicar a geração de valor é um passo evolutivo para relatos corporativos. Em atendimento aos princípios do IIRC, buscamos simplicidade na demonstração dos resultados, utilizando gráficos e infográficos para facilitar a compreensão do conteúdo. E com foco na transparência, fornecemos, por meio de links, acesso a informações complementares disponíveis em nosso site.

Este documento apresenta resultados da gestão e prestação de contas sobre tópicos relevantes, de acordo com a nossa matriz de materialidade e com nosso Planejamento Estratégico. O Relato atende à Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca da prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992.

O documento foi analisado pelo Comitê de Auditoria e aprovado por nossa Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Em consonância com os aspectos de sustentabilidade ambiental, o relatório não será impresso.

APRESENTAÇÃO	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
DESTAQUES	6

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

Quem Somos	8
Direcionamento estratégico	9
Estrutura organizacional	10

CENÁRIO

O setor de petróleo e gás natural	16
O regime de partilha de produção.....	22

COMO GERAMOS VALOR

Materialidade	30
Modelo de negócios.....	32
Cadeia de valor	34

GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Nossa governança	38
Gestão de riscos e controles internos.....	43
Programa de Integridade	51
Sociedade e Transparência	58
Lei Geral de Proteção de Dados.....	63

RESULTADOS DA GESTÃO

Resultados do Plano Estratégico 2022-2026	66
Gestão dos contratos de partilha de produção	69
Acordos de Individualização da Produção.....	86
Comercialização de petróleo e gás natural	88
Gestão da sustentabilidade	93
Gestão da tecnologia da informação	94
Gestão de licitações e contratações	96
Gestão orçamentária e financeira	97
Gestão de custos	100
Gestão patrimonial	101

PERSPECTIVAS

Plano Estratégico 2023-2027	103
Plano Anual de Negócios	105
Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção	106

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Informações financeiras	114
Principais fatos contábeis	114



Eduardo Gerk
Diretor-Presidente

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022, para a PPSA, foi marcado, mais uma vez, por excelentes resultados. Como previsto em nossos estudos, a produção de petróleo no regime de partilha de produção foi quase o quádruplo daquela de 2021 e, ao final do ano, contabilizamos uma arrecadação recorde de R\$ 4,71 bilhões para o Tesouro Nacional com a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União, 285% a mais do que no ano anterior.

Entendo que cumprimos, no desempenho de todas as atividades, a nossa missão de maximizar os resultados econômicos dos contratos sob nossa gestão para a União.

Completei em abril de 2023 quatro anos à frente da PPSA e é com enorme satisfação que observo a evolução da empresa nesse período. Olhando os grandes números, em 2019, a produção média dos contratos de partilha de produção era de 55 mil barris por dia (bpd), contra mais de 700 mil bpd ao final de 2022. Naquela ocasião, nossa comercialização anual somava R\$ 468 milhões, praticamente 10% do resultado obtido no ano passado.

Muito se fez para chegarmos a esses resultados. Os contratos naturalmente avançaram em suas campanhas e, de nossa parte, estruturamos melhor a empresa, com aumento de equipe e aprimoramento de processos internos para garantir a execução das nossas atividades de gestão e comercialização nos próximos anos.

Contamos com uma equipe de excelência, incansável na busca de iniciativas que tragam melhorias aos projetos, redução de riscos e aumento da viabilidade econômico-financeira, beneficiando não apenas a União, mas todos os parceiros.

Contamos com uma equipe de excelência, incansável na busca de iniciativas que tragam melhorias aos projetos, redução de riscos e aumento da viabilidade econômico-financeira, beneficiando não apenas a União, mas todos os parceiros.

Em 2022, passamos a gerir 19 contratos de partilha de produção, contra 17 em 2021, e já estamos nos preparando para receber mais quatro em 2023, fruto do 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção. Foi com enorme alegria que celebramos, durante o ano, a realização de três novas descobertas no pré-sal e estamos certos de que há muito mais por vir. De acordo com estudo apresentado em nosso Fórum Técnico anual, de 2023 a 2032, os contratos acumularão um total de 7,7 bilhões de barris de petróleo produzidos. Desse total, a União terá acumulado 1,9 bilhão de barris de petróleo.

Todo o montante da União será comercializado pela PPSA e estamos a cada dia nos preparando melhor para esse cenário. Em 2022, entregamos cargas comercializadas no leilão que realizamos na B3, ainda em 2021, e comercializamos diretamente a primeira carga de Sépia. Também renegociamos os contratos de gás natural da União e, com o avanço do processo de abertura do mercado, já está em planejamento a realização de um novo processo competitivo, ainda em 2023 ou 2024, no intuito de maximizar as receitas da União.

Em 2022, também celebramos a efetivação de dois novos acordos de individualização da produção (AIP), tornando oficialmente unitizadas as jazidas de Mero e Bacalhau. Cabe destacar sobre ano em comento a celebração de aditivos aos AIPs de Sépia e de Atapu, em decorrência da assinatura dos contratos de partilha de produção provenientes da segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção

para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa.

Internamente, seguimos perseguindo a garantia de altos padrões de governança, eficiência, transparência, ética e integridade.

Em mais uma ação para aumentar a transparência em relação às atividades da empresa, lançamos o Painel de Licitações e Contratos, que consolida informações desde 2014 e possibilita a visualização, de forma dinâmica, de todos os contratos realizados pela empresa.

Em paralelo, seguimos evoluindo na implantação de nossa Política de Integridade e trabalhando para a formação do nosso quadro permanente, abrindo a possibilidade de realização de processo seletivo público em 2023.

Como dirigente da PPSA, atesto a integridade deste Relato e me orgulho em apresentar, nesse trabalho, o detalhamento de nossas ações em 2022, alinhadas aos nossos objetivos estratégicos. Agradeço ao empenho de todo o nosso corpo técnico, Diretores, Conselheiros e Membros dos Comitês de Assessoramento que nos ajudaram a construir esta história de sucesso.

Eduardo Gerck
Diretor-Presidente

19 contratos de partilha de produção sob gestão da empresa, sendo **2** novos contratos assinados no ano (volumes excedentes da cessão onerosa de Sépia e Atapu). Outros **4** foram arrematados no 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção ao final de 2022 e serão assinados em 2023.

7 contratos em produção: Libra (Mero), Búzios, Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde, Sépia, Atapu e Itapu.

233 milhões de barris de petróleo produzidos, sendo **9,8** milhões de barris de direito da União

602 milhões de m³ de gás natural disponibilizados para comercialização em regime de partilha de produção, sendo **48** milhões de m³ de direito da União

3 novas descobertas: Três Marias, Alto de Cabo Frio Central e Sépia (Pedúnculo).

2 novos Acordos de Individualização da Produção tornaram-se efetivos (Mero e Bacalhau) e **2** aditivos foram assinados (Sépia e Atapu).



DESTAQUES



Plano de Cargos e Salários e Quadro de Pessoal aprovados

pelo então Ministério da Economia (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST), abrindo espaço para a realização de concurso público em 2023 com objetivo de formação do quadro permanente da empresa.

1 redeterminação acordada entre os parceiros, a ser aprovada pela ANP – Jazida de Sapinhoá

11 milhões de barris de petróleo da União e 65 milhões de metros cúbicos do gás natural da União comercializados sob gestão da empresa.

R\$ 4,71 bilhões arrecadados para o Tesouro Nacional – aumento de 285% com relação a 2021.

Lucro contábil de **R\$ 16,4 milhões** no exercício.

Capital **100% integralizado**.

Endividamento zero.

1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

QUEM SOMOS

Somos uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), fundada em 2013 com o propósito de maximizar os resultados econômicos da União nas atividades realizadas no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas.

Com o objetivo de compartilhar nosso conhecimento técnico, participamos ativamente das discussões do setor de petróleo e gás e contribuimos para a formulação de políticas públicas, atuando, em diversas ocasiões, como o braço técnico do Ministério de Minas e Energia (MME) em assuntos relacionados ao setor de petróleo e gás natural.

Atuamos regularmente em três frentes:



DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO





ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O capital humano é o nosso principal ativo.

Temos uma equipe altamente qualificada, formada por profissionais com grande experiência na indústria de petróleo e gás natural e com reconhecida capacitação técnica.

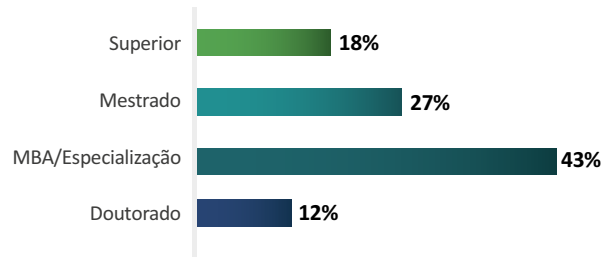
Nossa equipe é composta por quatro Diretores Executivos e 62 profissionais de livre provimento. Mais da metade possui especialização e mais de um terço são mestres ou doutores. Os membros da Diretoria Executiva atuam há mais de 35 anos no setor de petróleo e gás natural.

Os profissionais são responsáveis por análises técnicas de alta complexidade que norteiam as tomadas de decisões e maximizam os resultados econômicos das atividades do pré-sal para a União, trabalhando em parceria com operadores e consorciados em busca dos melhores resultados para todos os projetos.

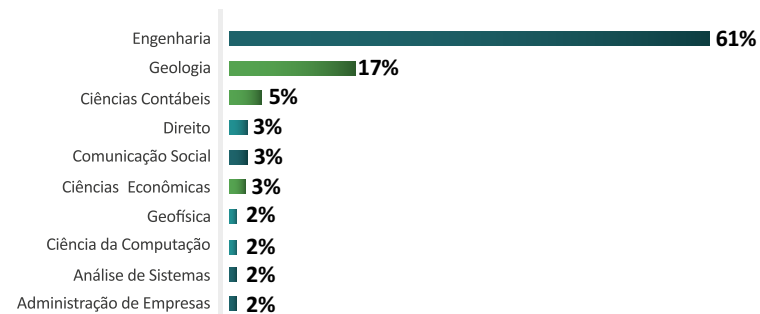
Perfil da equipe

As figuras apresentam a formação profissional do quadro de pessoal, bem como a divisão por gênero, faixa etária e função.

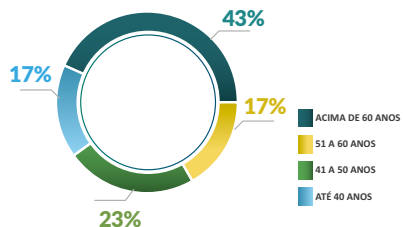
QUADRO DE PESSOAL – NÍVEL DE FORMAÇÃO
31/12/ 2022



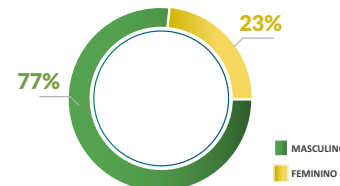
QUADRO DE PESSOAL – FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA
31/12/ 2022



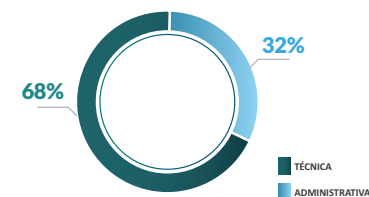
QUADRO DE PESSOAL – FAIXA ETÁRIA – 31/12/2022



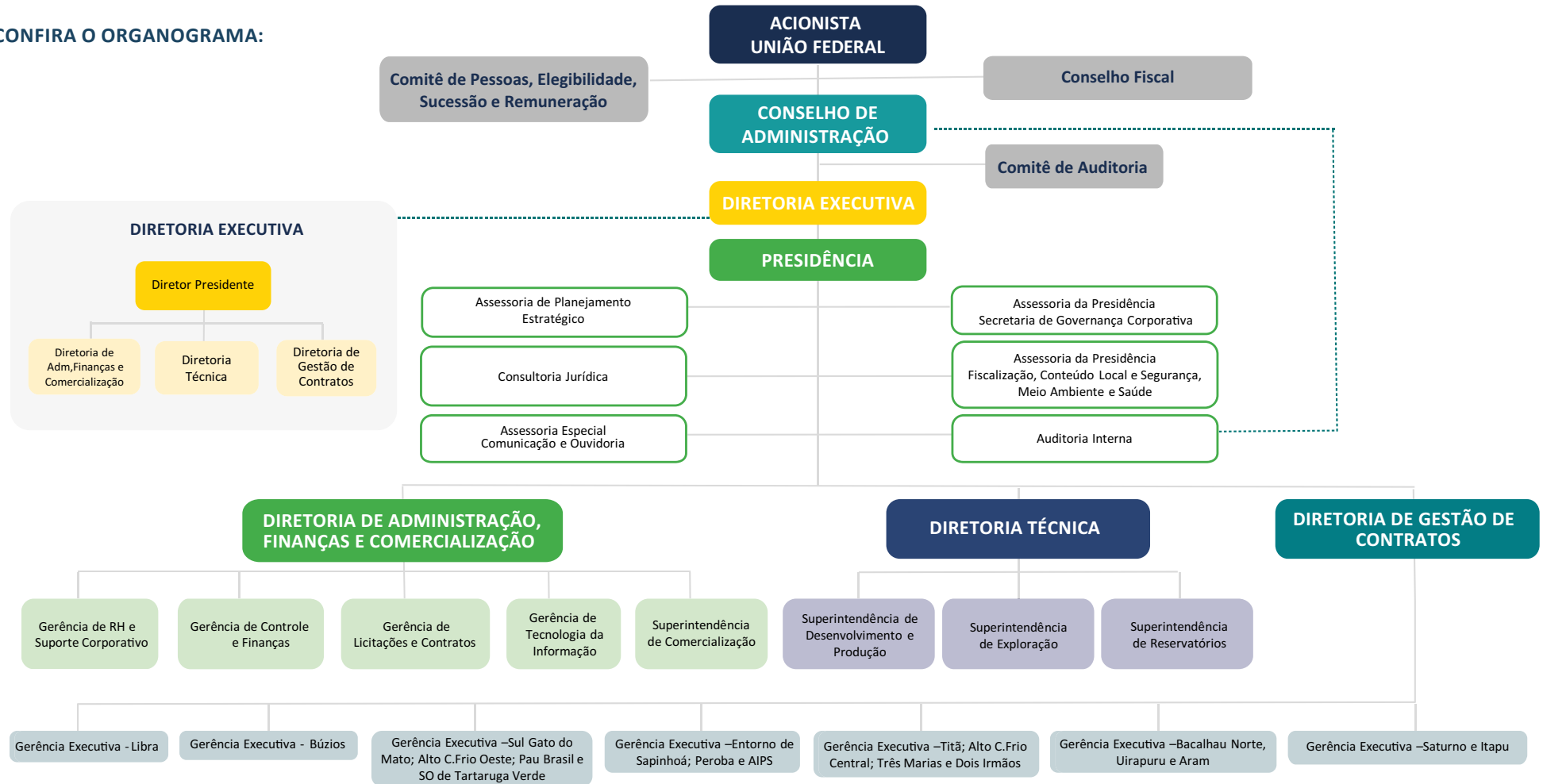
QUADRO DE PESSOAL – GÊNERO – 31/12/2022



QUADRO DE PESSOAL – FUNÇÃO – 31/12/2022



CONFIRA O ORGANOGRAMA:



Quadro permanente

Ao longo do ano, a PPSA trabalhou para a formação de seu quadro permanente e obteve a aprovação, pela Secretaria de Coordenação das Estatais (SEST), do Plano de Cargos e Salários e do Quadro de Pessoal, que poderá contar com até 101 cargos permanentes e 62 cargos de livre provimento. A medida abre caminho para o planejamento de um processo seletivo público.

No primeiro semestre de 2023, a PPSA rerepresentará à SEST o Plano de Funções e o Plano de Transição. Os trabalhos têm como objetivos principais adequar a estrutura de cargos da empresa às suas necessidades atuais e futuras, decorrentes da estruturação do quadro de empregados permanentes (concursados), e apresentar as estratégias de transferência de conhecimentos, para garantir a preservação das competências técnicas e gerenciais da empresa, que a diferenciam na execução de sua missão.

Como parte deste esforço, está em curso uma iniciativa estratégica de implantação de um programa de gestão do conhecimento, com foco na capacitação de novos funcionários.



Gestão do conhecimento

A iniciativa estratégica de gestão do conhecimento foi implementada na PPSA com o objetivo de perpetuar um dos principais valores da empresa: o conhecimento técnico.

A alta qualificação e experiência na indústria de petróleo e gás natural de nossos técnicos é peça fundamental no desempenho da empresa, razão pela qual temos realizado ações no sentido de capturar, registrar e transmitir tais conhecimentos.

Para implementar essa iniciativa, mapeamos 38 ações, das quais 80% foram realizadas em 2022. Entre as estratégias adotadas estão a realização de entrevistas com profissionais com conhecimento de atividades críticas para a empresa e seu devido registro e a elaboração de procedimentos descritivo das atividades.

Outra iniciativa é a realização das “Segundas Técnicas”, evento online que tem como objetivo disseminar conteúdos técnicos sobre o pré-sal para toda a equipe.

MECANISMOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

CAPTURA

TRANSMISSÃO

REGISTRO



2

CENÁRIO

O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Apesar dos grandes conflitos internacionais e impactos no mercado global no setor de petróleo e gás natural, a consultoria Wood Mackenzie observou, em seu relatório “Exploração de petróleo e gás: 2022 em revisão”, que este foi um ano de destaque para a exploração, com resultados melhores do que os obtidos na década de 2010 a 2019. Investimentos em tecnologias aliados à busca por reservas com baixo teor de carbono e custos mais baixos para o barril abriram espaços para atuação das petroleiras que, de acordo com estimativas da Wood Mackenzie, movimentaram, em todo o mundo, pelo menos US\$ 33 bilhões no ano passado. A consultoria aponta como destaques do ano um novo ambiente em águas profundas na Namíbia, novas reservas na Argélia e grandes descobertas na Guiana e no Brasil.

Segundo o trabalho, TotalEnergies, QatarEnergy e Petrobras lideraram as descobertas em 2022. No total, as empresas petrolíferas nacionais (NOCs) e as *majors* representaram quase três quartos dos novos recursos descobertos. Para a consultoria, no gás natural, o ano deve ser menos traumático do que 2022, mas ainda distante do equilíbrio.



Em 2022, a pressão imposta pela guerra da Rússia contra a Ucrânia elevou o preço do petróleo a níveis recordes, chegando o barril a ser negociado a mais de US\$ 130 em março, maior valor praticado para commodities desde 2008. A guerra começou em 24 de fevereiro, quando o barril do petróleo estava em US\$ 96,84.

O aumento da produção de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e seus aliados, grupo conhecido como OPEP+, em meados do ano, contribuiu para o controle dos preços. O barril fechou o ano cotado a US\$ 85,65, não muito acima dos US\$ 78,57 registrados no fechamento do primeiro dia de 2022. O preço médio do barril no ano foi de US\$ 97,20, alta de 38,05% ante os US\$ 70,41 em 2021, segundo o Valor Data.

Para 2023, a Agência Internacional de Energia (AIE), organização internacional sediada em Paris, espera que a demanda total de petróleo seja, em média, de 101,7 milhões de barris por dia (bpd), bem acima dos níveis pré-pandêmicos, alcançando patamar recorde de todos os tempos. Já a OPEP estima que a demanda global de petróleo ficará em 101,8 milhões de bpd em 2023, contra 99,6 milhões de bpd no ano passado.

A longo prazo, a edição de 2022 do relatório World Oil Outlook (WOO) mostra que, segundo previsão da OPEP, a procura global por energia primária continuará alta. A aposta é que, no mix de energia, a participação do petróleo seja bastante significativa, chegando a aproximadamente 29% da demanda total até 2045. Prevê-se que a demanda por petróleo como combustível primário aumente de 88 mboe/d em 2021 para 101 mboe/d em 2045. O documento afirma que a demanda global de petróleo deverá aumentar em 12,9 mb/d, subindo para 109,8 mb/d em 2045. O crescimento geral desacelerou durante o período de projeção, com praticamente nenhum aumento após 2035.

DEMANDA GLOBAL DE PETRÓLEO 2021-2045 (mb/d)

	2021	2025	2030	2035	2040	2045	CRESCIMENTO 2021-2045
OCDE*	44,8	47,0	44,5	41,1	37,5	34,1	-10,7
NÃO-OCDE	52,2	58,5	63,8	68,4	72,3	75,7	23,6
MUNDO	96,9	105,5	108,3	109,5	109,8	109,8	12,9

Fonte: OPEP

*Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

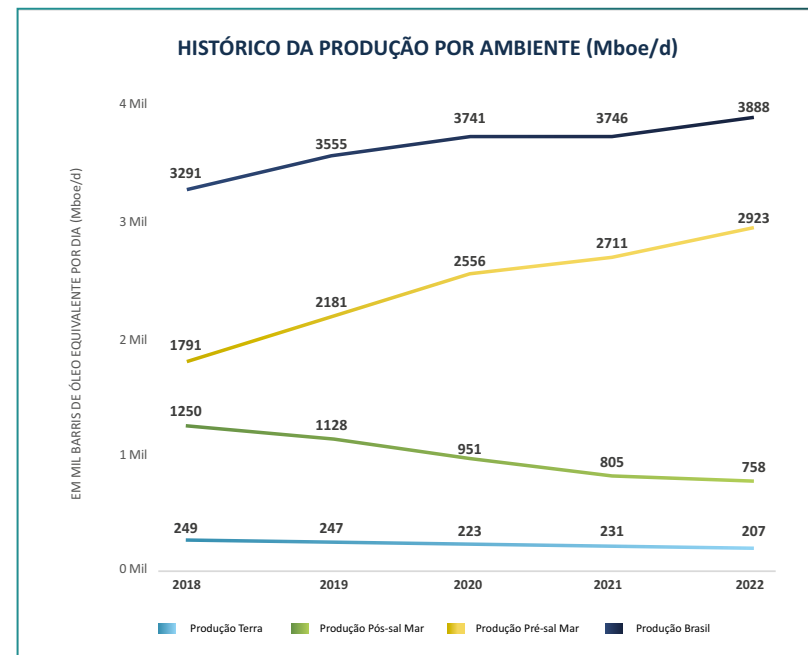
Produção brasileira de petróleo e gás natural

Dados consolidados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam que, no ano de 2022, a produção nacional de petróleo e gás natural bateu recordes se comparados com os números dos últimos quatro anos (2018 a 2021):

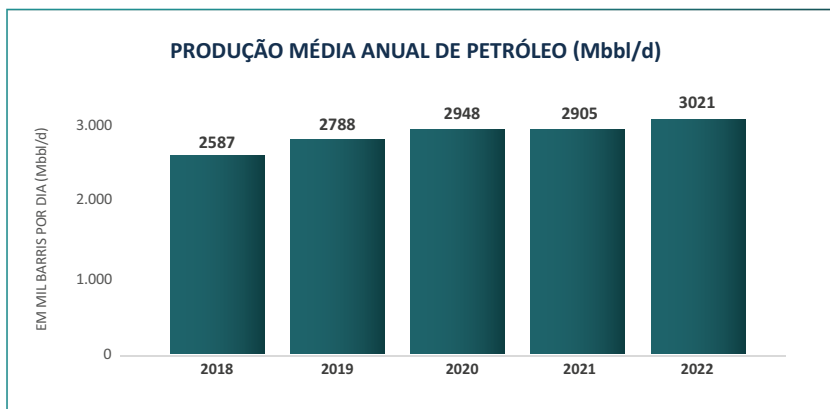
- a produção média anual de petróleo ficou em 3,021 milhões de barris/dia, 2,47% acima do recorde de 2,948 milhões de barris/dia registrado em 2020.
- o gás natural atingiu a média anual de 138 milhões de m³/dia, percentual 2,98% maior que os 134 milhões de m³/dia computados em 2021.

No acumulado do ano, a produção de petróleo foi de 1,103 bilhão de barris e a de gás natural 50,3 bilhões de metros cúbicos, totalizando uma produção de 1,419 bilhão de barris de óleo equivalente. A maior parte da produção, o equivalente a 75,2%, foi proveniente de reservatórios do pré-sal.

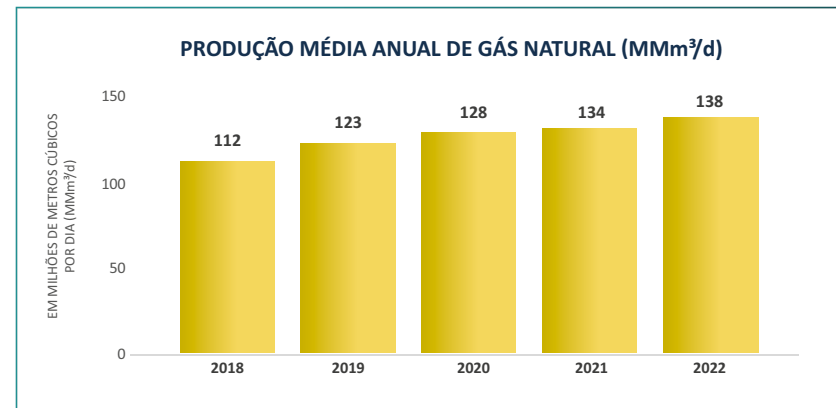
Nos gráficos a seguir, é possível acompanhar a evolução da produção do setor de petróleo e gás natural e a variação anual da produção, por ambiente, desde 2018.



Fonte: Boletim de Produção de Petróleo e Gás Natural (ANP)



Fonte: Boletim de Produção de Petróleo e Gás Natural (ANP)



Fonte: Boletim de Produção de Petróleo e Gás Natural (ANP)



Foto: André Ribeiro, Agência Petrobras

Produção por estado

O estado do Rio de Janeiro foi o que mais contribuiu para o aumento da produção nacional de petróleo em 2022, aumentando sua participação em 3,9 pontos percentuais em relação a 2021.

No que se refere ao gás natural, o Rio de Janeiro também aparece em primeiro no ranking de 2022, com participação de 69% na produção nacional, 5,1 pontos percentuais acima da produção do ano anterior. Os estados de São Paulo e Amazonas vêm em seguida, com participações acima de 10% na produção nacional. A tabela a seguir ilustra o desempenho de cada estado desde 2018.

REPRESENTATIVIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO POR ESTADO

ESTADO	2018	2019	2020	2021	2022
Rio de Janeiro	70,205%	75,267%	79,348%	80,600%	84,547%
São Paulo	12,336%	10,561%	9,129%	9,358%	8,481%
Espírito Santo	12,955%	10,318%	8,401%	7,250%	4,559%
Rio Grande do Norte	1,557%	1,367%	1,180%	1,153%	1,087%
Bahia	1,142%	1,009%	0,846%	0,773%	0,655%
Amazonas	0,790%	0,670%	0,537%	0,502%	0,445%
Sergipe	0,702%	0,528%	0,416%	0,274%	0,124%
Ceará	0,208%	0,182%	0,055%	0,023%	0,020%
Alagoas	0,103%	0,096%	0,086%	0,064%	0,080%
Maranhão	0,002%	0,002%	0,002%	0,003%	0,001%

Fonte: Boletim de Produção de Petróleo e Gás Natural (ANP)

REPRESENTATIVIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL DE GÁS POR ESTADO

ESTADO	2018	2019	2020	2021	2022
Rio de Janeiro	49,435%	55,867%	63,405%	63,950%	69,086%
São Paulo	15,740%	14,968%	13,201%	12,406%	11,739%
Amazonas	12,766%	12,457%	10,631%	10,153%	10,067%
Espírito Santo	8,476%	5,974%	4,941%	4,091%	2,471%
Bahia	6,248%	4,657%	3,352%	4,061%	3,554%
Maranhão	3,453%	3,119%	2,896%	4,385%	1,843%
Sergipe	1,937%	1,443%	0,372%	0,037%	0,018%
Rio Grande do Norte	0,860%	0,748%	0,525%	0,502%	0,669%
Alagoas	0,997%	0,703%	0,664%	0,413%	0,544%
Ceará	0,087%	0,064%	0,013%	0,001%	0,001%
Paraná	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,008%

Fonte: Boletim de Produção de Petróleo e Gás Natural (ANP)

O REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

O regime de partilha de produção foi criado em 2010 pela Lei nº 12.351/2010. No mesmo ano, foi autorizada a criação da PPSA, conforme Lei nº 12.304/2010. Com esses dois marcos legais, estabeleceu-se que os contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural no polígono do pré-sal seriam, a partir de então, celebrados em regime de partilha de produção, tendo a PPSA como gestora. Na prática, nossa atuação foi iniciada em 2013, quando também foi realizada a 1ª Rodada de Partilha de Produção, que ofertou o contrato de Libra, arrematado pelo consórcio composto por Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC.

O Polígono do Pré-Sal é uma área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que engloba as mais importantes descobertas de petróleo e gás natural dos últimos anos no Brasil. Todos os 19 contratos geridos por nós estão situados dentro do referido polígono, conforme ilustrado no mapa.

Os reservatórios estão a quase 7 mil metros de profundidade a partir do nível do mar, sendo cerca de 2 mil metros de água e mais de 4 mil metros de rochas das camadas pós-sal e sal, até as jazidas de petróleo.

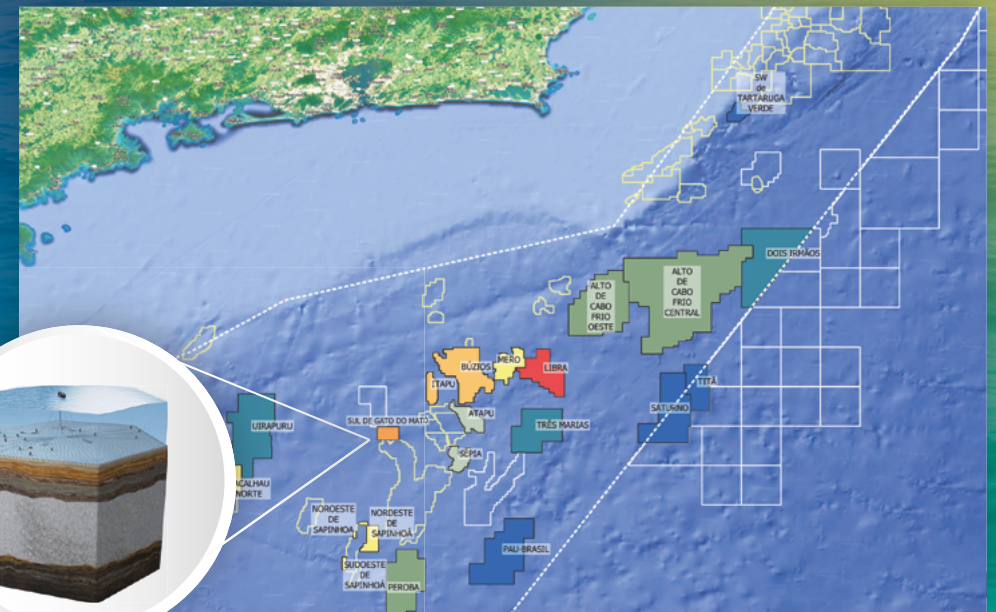
A camada pré-sal é considerada uma nova fronteira petrolífera, com alta produtividade.

O POLÍGONO DO PRÉ-SAL

149 mil km²

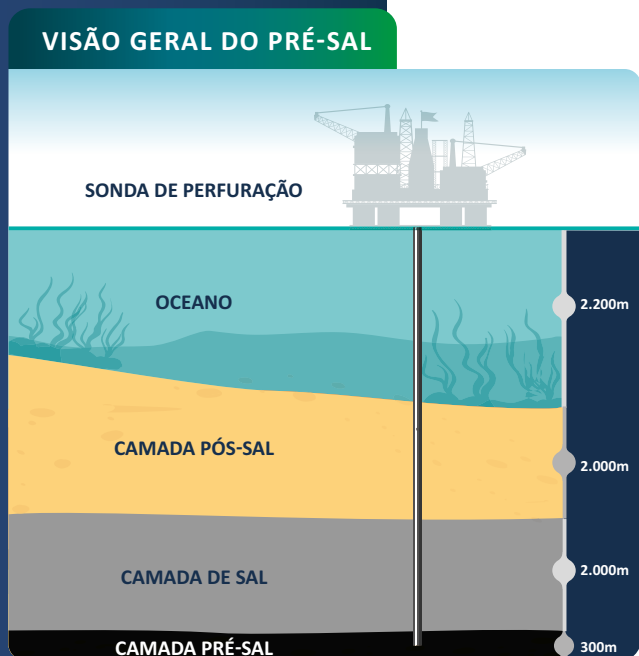
Distância de 300 km da costa

- Grandes acumulações de óleo leve
- Reservatórios de excelente qualidade e com profundidade de até 7 mil metros
- Alta pressão
- Alta produtividade
- Grandes espessuras de sal
- Elevada Razão Gás Óleo e teor de CO₂ variado
- Sem analogia no mundo
- Potencial para descobertas gigantes e supergigantes
- Baixo risco exploratório



Os projetos de exploração e produção no pré-sal são complexos, de grande escala, com capital intensivo, e envolvem alta tecnologia.

A figura ilustra as principais características destes projetos:



UM PROJETO NO PRÉ-SAL EM NÚMEROS

GERAÇÃO DE ENERGIA

100 MW/FPSO, suficiente para iluminar a cidade de Miami (400 mil habitantes).



PROFUNDIDADE DOS POÇOS

6.000 m em relação ao nível do mar, aproximadamente a altura do Aconcágua.



PESO DOS FPSOS

100 mil ton/FPSO, equivalente a 250 aviões Boing-747.



ÁREA GEOGRÁFICA

70 Km²/Módulo, correspondendo a 10.000 campos de futebol.



COMPRIMENTO DAS LINHAS SUBMARINAS

200 km (produção, injeção, serviço e umbilicais), o que equivale a uma viagem Montevidéo – Buenos Aires.



INVESTIMENTO TOTAL

US\$ 6 bi, comparável com o valor de **4** edifícios Burj Khalifa, Dubai.



A participação do Estado

No regime de partilha de produção, os campos são leiloados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) com bônus de assinatura fixo e o vencedor (empresa ou consórcio) será aquele que oferecer ao Estado brasileiro a maior parcela de petróleo e gás natural (ou seja, a maior parcela do excedente em óleo da União). Os contratos são assinados, em nome da União, pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e são geridos por nossa empresa.

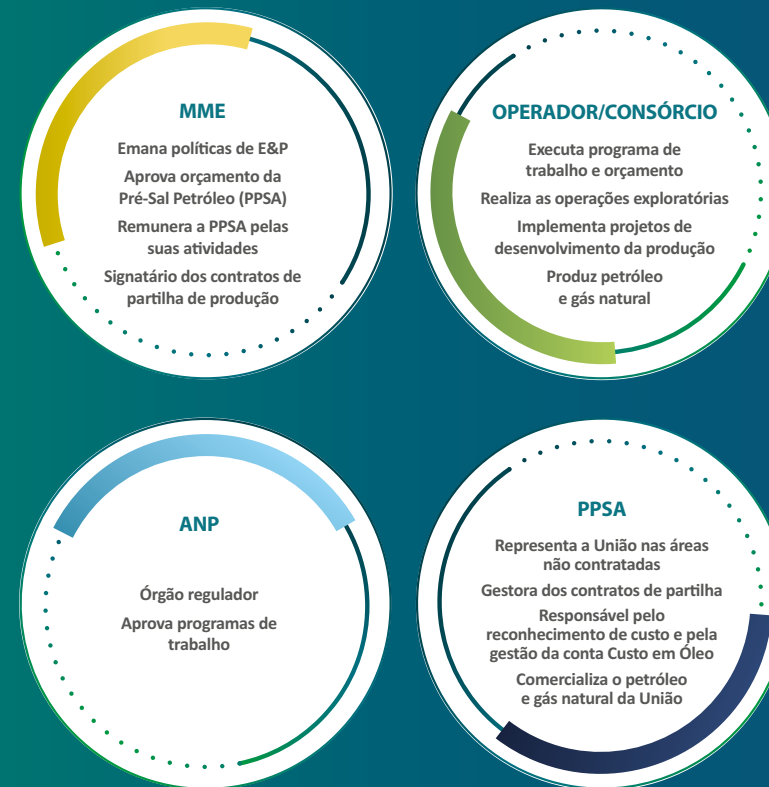
A figura ilustra os diferentes atores e seus papéis no regime de partilha de produção:

PARTILHA DE PRODUÇÃO

Parte do petróleo e do gás é adquirida originariamente pelo contratado, e parte é adquirida pelo Estado.

Estado participa diretamente das atividades de exploração e produção, além de regulá-las e fiscalizá-las.

Remuneração do Estado, além da tributação e participações governamentais provém da comercialização de óleo e gás.



Para facilitar o entendimento, elaboramos o infográfico explicativo do Ciclo da Partilha de Produção.



1 O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) propõe ao Presidente da República os blocos a serem licitados em regime de partilha de produção. Havendo resolução do CNPE, os blocos são ofertados nas licitações promovidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

2 Vence o leilão a empresa ou consórcio de empresas que oferecer o maior percentual de excedente em óleo para a União, respeitado o mínimo estabelecido no edital.

3 Os contratos de partilha de produção são celebrados entre a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), como contratante; a ANP, como reguladora e fiscalizadora; a PPSA, como gestora; e a empresa contratada ou um consórcio de empresas.

4 No curso do contrato de partilha de produção, a PPSA pratica todos os atos necessários à sua gestão, em especial, representando os interesses da União nos consórcios e defendendo seus interesses nos comitês operacionais, cujo presidente é indicado pela gestora, avaliando técnica e economicamente os planos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, fazendo cumprir as exigências contratuais de conteúdo local, monitorando e auditando a execução dos projetos, bem como seus custos e fornecendo, à ANP, as informações necessárias às suas funções regulatórias.

5 Iniciadas as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a PPSA passa a reconhecer mensalmente os gastos realizados pelos contratados na execução dessas atividades, computando-os na Conta Custo em Óleo conforme as regras estabelecidas pela Lei nº 12.351/2010 e pelo contrato de partilha de produção. Após a eventual declaração de comercialidade de uma área, tem início a recuperação dos dispêndios efetuados pelos contratados, por meio de volumes de Petróleo e Gás Natural a eles disponibilizados que correspondem aos valores creditados na conta custo em óleo.

6 O passo seguinte é o cálculo mensal do Excedente em Óleo, que nada mais é do que a diferença em determinado mês entre o volume total produzido, o custo em óleo (volume correspondente aos gastos incorridos e reconhecidos) e o volume correspondentes aos royalties devidos. O Excedente em Óleo é então dividido (partilhado) entre a União e os contratados, na proporção ditada pela alíquota de Excedente em Óleo da União que configurou a oferta da empresa ou consórcio vencedor do leilão. Importante considerar que, apesar de ter como base o percentual ofertado no leilão, o Excedente em Óleo que cabe à União sofre variações de acordo com preço do barril e com a produção por poço produtor.

7 A PPSA passa então a fazer a gestão da comercialização do quinhão de petróleo e gás natural a que a União faz jus. Essa venda pode ser realizada diretamente pela empresa ou por meio de agentes comercializadores. A estimativa é que 1,9 bilhão de barris de petróleo da União tenham sido comercializados até 2032.

8 Os recursos provenientes da comercialização do petróleo e do gás natural da União após as deduções legais são pagos diretamente ao Tesouro Nacional, de onde são aportados no Fundo Social e às áreas de educação e saúde.

Entenda os conceitos

Custo em óleo

No regime de partilha de produção, o operador e os demais contratados arcam com todos os custos e investimentos do empreendimento e, em caso de sucesso exploratório, têm direito à recuperação de um volume de hidrocarbonetos, o chamado Custo em Óleo.

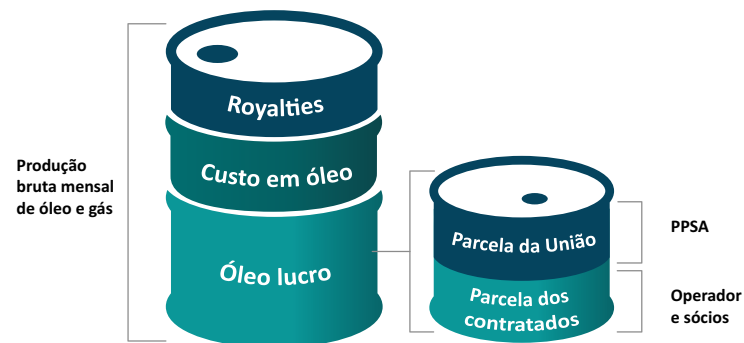
Ou seja: Custo em Óleo é um volume a que os contratados (“sócios investidores”) fazem jus como forma de ressarcimento pelos aportes financeiros nas atividades de exploração e produção. Em regra, todos os gastos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e descomissionamento das instalações (em definição ampla, atividades de E&P) são passíveis de reconhecimento como Custo em Óleo.

Excedente em óleo ou óleo lucro

O excedente em óleo ou óleo Lucro nada mais é do que a diferença entre o volume total produzido, o custo em óleo e o volume correspondente aos royalties devidos. O saldo (excedente em óleo) será dividido entre a União e os contratados.

Excedente em óleo da União

O excedente em óleo da União equivale à produção de cada campo que será destinada à União. Quando os consórcios dividem o óleo lucro, a parcela do Estado brasileiro é calculada com base no Excedente em Óleo da União que foi ofertado no leilão.



Rodadas de partilha de produção

Os 19 contratos de partilha de produção que estão sob nossa gestão são oriundos de seis rodadas de partilha de produção e duas rodadas de volumes excedentes da cessão onerosa. A tabela descreve os blocos por rodada, operador, bônus e percentual de excedente em óleo para a União.

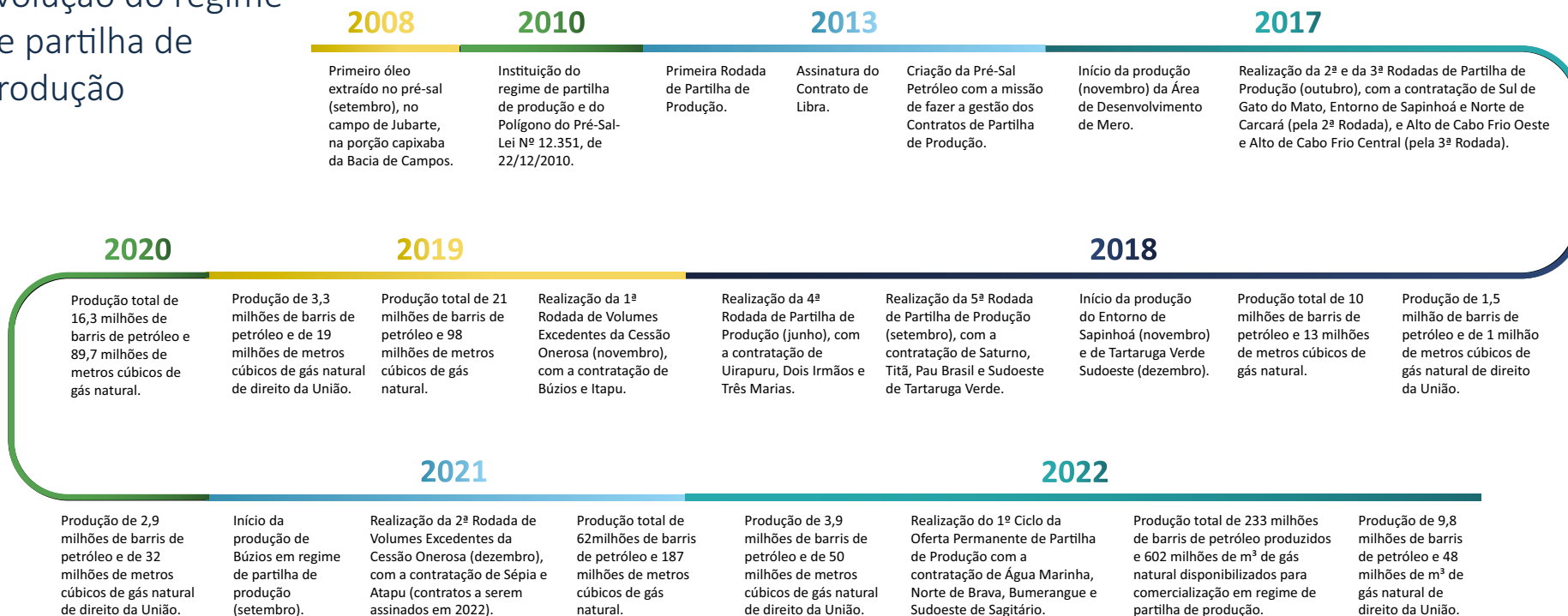
RODADA	CONTRATO	OPERADOR	ASSINATURA	EXCEDENTE EM ÓLEO PARA A UNIÃO	BÔNUS
Rodada 1	Libra	Petrobras	dez-13	41,65%	R\$ 15 bi
Rodada 2	Entorno de Sapinhoá	Petrobras	jan-18	80,00%	R\$ 3,3 bi
	Norte de Carcará	Equinor	jan-18	67,12%	
	Sul de Gato do Mato	Shell	jan-18	11,53%	
Rodada 3	Alto de Cabo Frio Central	Petrobras	jan-18	75,86%	R\$ 2,8 bi
	Alto de Cabo Frio Oeste	Shell	jan-18	22,87%	
	Peroba	Petrobras	jan-18	76,96%	
Rodada 4	Dois Irmãos	Petrobras	dez-18	16,43%	R\$ 3,1 bi
	Três Marias	Petrobras	dez-18	49,95%	
	Uirapuru	Petrobras	dez-18	75,49%	
Rodada 5	Saturno	Shell	dez-18	70,20%	R\$ 6,8 bi
	Pau Brasil	BP	dez-18	63,79%	
	Titã	Exxon Mobil	dez-18	23,49%	
	Sudoeste de Tartaruga Verde	Petrobras	dez-18	10,01%	
Rodada 6	Aram	Petrobras	mar-20	29,96%	R\$ 5,05 bi
1ª Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa	Búzios	Petrobras	mar-20	23,24%	R\$ 69,96 bi
	Itapu	Petrobras	mar-20	18,15%	
2ª Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa	Sépia	Petrobras	abr-22	37,43%	R\$ 11,14 bi
	Atapu	Petrobras	abr-22	31,68%	

Em dezembro de 2022, a ANP realizou o 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP), ofertando 11 blocos, dos quais quatro foram arrematados: Água Marinha, Norte de Brava, Bumerangue e Sudoeste de Sagitário. Esses contratos ficarão sob nossa gestão a partir de sua assinatura, prevista para o primeiro semestre de 2023.

CONTRATO	OPERADOR	ASSINATURA	EXCEDENTE EM ÓLEO PARA A UNIÃO	BÔNUS
Água-Marinha	Petrobras	ainda não assinado	42,40%	R\$ 65,44 mi
Norte de Brava	Petrobras	ainda não assinado	61,71%	R\$ 511,69 mi
Bumerangue	BP Energy	ainda não assinado	5,90%	R\$ 8,86 mi
Sudoeste de Sagitário	Petrobras	ainda não assinado	25,00%	R\$ 330,25 mi

LINHA DO TEMPO

Evolução do regime de partilha de produção



3

COMO GERAMOS VALOR

MATERIALIDADE

A matriz de materialidade representa os temas mais importantes para nossa empresa, considerando o potencial que tais assuntos têm de afetar nossa capacidade de geração de valor a curto, médio e longo prazos, podendo, portanto, impactar o negócio, positiva ou negativamente.

Em 2022, aperfeiçoamos nosso modelo de mapeamento de temas, ampliando o processo de escuta à sociedade. Realizamos, pela primeira vez, uma pesquisa de materialidade, por meio de consulta online, junto aos nossos públicos de interesse (internos e externos) como parte do processo. Para compor o formulário da pesquisa consideramos, em primeira análise, os temas materiais elencados em 2021.

A pesquisa foi enviada aos parceiros e divulgada no site e em nossa página no LinkedIn e resultou em apontamentos relevantes, mostrando a visão de nossos públicos sobre os temas que devem ser priorizados na gestão. A pesquisa resultou em sete temas prioritários.

Como segunda etapa do trabalho, foram analisados os temas previamente elencados na elaboração do Plano Estratégico 2023-2027 e do processo de Gerenciamento de Risco. Esta análise resultou na inclusão de mais quatro itens na matriz de materialidade. Ao final, priorizamos, portanto, 11 temas materiais, que serão tratados ao longo deste Relato.

PASSO A PASSO DA MATERIALIDADE



NOSSOS TEMAS MATERIAIS



Gestão de Contratos de Partilha de Produção



Sustentabilidade Financeira



Representação da União nos AIPs



Governança, Transparência e Ética



Arrecadação para a União



Gestão de riscos



Comercialização e Escoamento do Gás Natural da União



Conhecimento Técnico



Segurança da informação



Comercialização do petróleo da União



Gestão de pessoas

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios descreve como transformamos nossos capitais em geração de valor para a União.



FINANCEIRO

Formado pelos recursos que temos disponíveis para realizar nossas atividades: contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação e ganhos financeiros.



HUMANO

Formado pela nossa equipe altamente capacitada e experiente no setor de óleo, que com comprometimento e ética tem trazido os melhores resultados para a empresa.



INTELLECTUAL

Formado pelo conjunto de metodologias, processos de gestão e modelos de contratos, entre outros, criados a partir do nosso conhecimento. Nosso capital intelectual traz colaborações efetivas para o desenvolvimento das atividades no Polígono do Pré-Sal.



SOCIAL

Formado pelo nosso relacionamento contínuo e ético com nossos públicos de interesse, sempre voltados à colaboração com a indústria e o governo, garantindo resultados duradouros da exploração e produção de petróleo e gás no Polígono do Pré-Sal para toda a sociedade.



MANUFATURADO

Formado pela nossa estrutura física e por nossos recursos de Tecnologia de Informação e de Comunicação.

NOSSOS CAPITAIS

APLICADOS ÀS NOSSAS ATIVIDADES E À NOSSA MISSÃO

RESULTARAM EM



FINANCEIRO

- Recursos de R\$ 91 milhões decorrentes do contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia pelos serviços prestados à União, da participação no bônus das rodadas de licitação e de receita financeira



HUMANO

- 60 colaboradores próprios e 4 diretores executivos. Equipe altamente qualificada, com amplo conhecimento em petróleo e gás natural
- 7 contratações - prestadores de serviços para as seguintes áreas: secretária, comunicação, consultoria jurídica, comercialização/ acompanhamento da produção, tecnologia de informação e serviços gerais
- Programa de gestão do conhecimento
- Programa de integridade



INTELLECTUAL

- Desenvolvimento de trabalhos de modelagem estática e dinâmica de reservatório e de avaliação econômica de projetos.

- Elaboração de estudos de estimativas de produção e arrecadação
- Procedimentos para gestão e controle operacional dos contratos
- Desenvolvimento de modelos para a comercialização de petróleo e gás natural da União
- Programa de gestão tecnológica



SOCIAL

- Relacionamento regular com 5 empresas operadoras e 10 consorciadas
- Relacionamento com empresas prestadoras de serviço na indústria do petróleo para troca de conhecimentos
- Relacionamento com fornecedores
- Relacionamento com a imprensa e a sociedade com ênfase em didática e transparência



MANUFATURADO

- Escritório no Rio de Janeiro
- Softwares de simulação numérica de reservatórios
- Soluções de armazenamento e processamento remoto de dados de reservatórios
- Soluções multicloud para aumento de segurança

MISSÃO

Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.



Representação da União nos acordos de individualização da produção (Unitização)



Comercialização da parcela de petróleo e gás natural

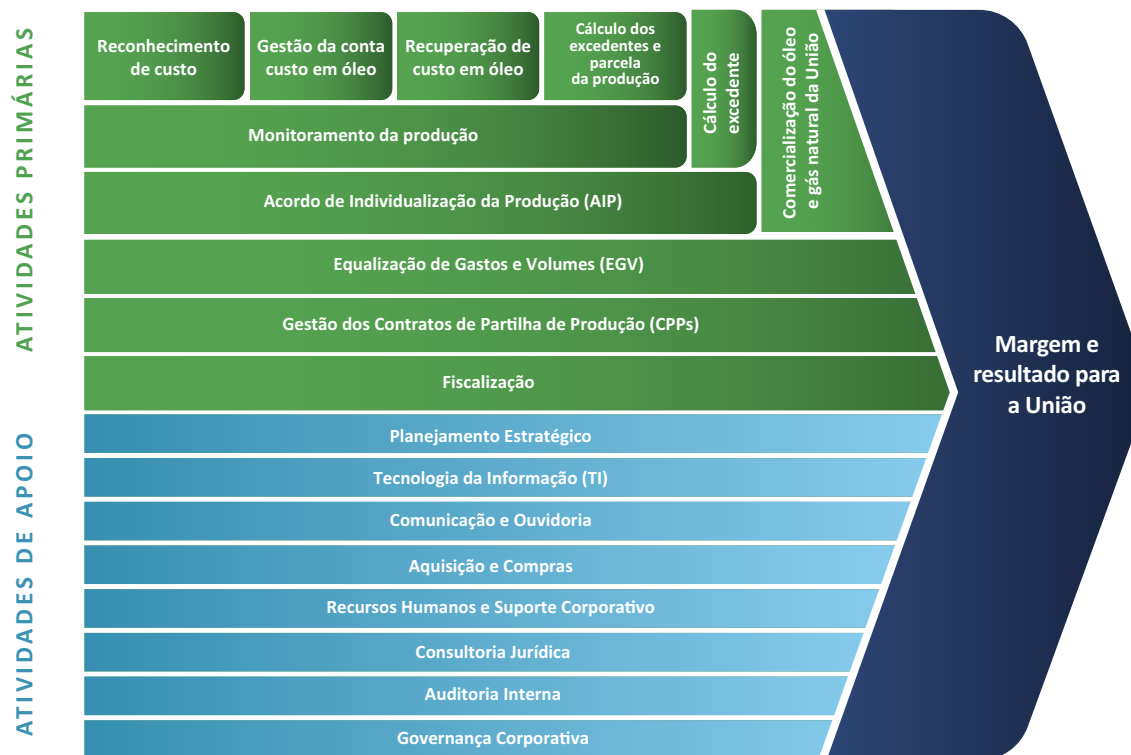


Gestão dos contratos de partilha de produção

- Arrecadação de R\$ 4,71 bilhões para a União em 2022 com a comercialização de 10,9 milhões de barris de petróleo e 64,89 milhões de metros cúbicos de gás natural da União
- Gestão eficiente de 19 contratos de partilha de produção, sendo 7 deles em fase de produção
- Elaboração de Painel de indicadores em Power BI para gestão da eficiência operacional dos contratos em produção
- Automatização do cálculo da alíquota do Excedente em Óleo a União
- Elaboração de estudo sobre estimativas de demanda de petróleo e gás e de arrecadação para o cenário 2023-2032
- Aprimoramento da gestão tecnológica, visando fomentar o uso de novas tecnologias e melhores práticas nos contratos
- Viabilização de venda direta de cargas da União com pequenos volumes
- Aprimoramento do Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção
- Renovação de contratos de comercialização do gás natural da União e estudo para realização de leilão em 2023
- Estruturação da carteira de projetos com indicadores por contrato
- Aprimoramento da gestão da produção dos contratos
- Simplificação do processo de reconhecimento de custos e redução no tempo de resposta aos operadores
- Conclusão de 4 Acordos de Individualização da Produção, que passaram a ser efetivos em 2022 e de 1 Redeterminação
- Aprimoramento da governança corporativa e da gestão de riscos
- Aprovação do Plano de Cargos e Salários e Quadro de Pessoal pela SEST e planejamento de concurso público
- Evolução da implantação do Programa de Integridade, com treinamento de 100% dos colaboradores sobre práticas anticorrupção e treinamento de gestão de risco para a equipe
- Lançamento de painel interativo sobre licitações e contratos
- Realização de Fórum Técnico com mais de 150 participantes presenciais e 40 mil online
- Ampliação de ações para aprimoramento da segurança da informação.

CADEIA DE VALOR

Estabelecemos nossa cadeia de valor a partir dos nossos três pilares de atuação e suas atividades primárias. A seguir, detalhamos os macroprocessos e as atividades a eles associadas. Todo o trabalho é realizado com o propósito de maximizar, para a União, os resultados econômicos obtidos em atividades realizadas no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas.



MACROPROCESSO DE GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

- 1 - Atuação dos gerentes executivos representando a gestora nos comitês operacionais de cada consórcio. Com o apoio dos corpos técnico e jurídico, aprovam as contratações a serem realizadas pelos consórcios e as estratégias e os planos de trabalho na etapa de exploração.
- 2 - À medida que um projeto amadurece, outras atividades primárias vão surgindo. A primeira é a de reconhecimento de custos, uma análise técnica e contratual da conformidade dos custos apresentados pelos operadores que servirá de base para o cálculo da conta de custo em óleo gerida pela empresa (atividade primária de gestão da conta de custo em óleo).
- 3 - O projeto avança, são realizadas descobertas, o plano de desenvolvimento da produção é avaliado e aprovado, tem sua implantação monitorada, e a produção se inicia. Passa a haver a contabilização e a ponderação entre petróleo e gás natural produzidos e os gastos incorridos pelo operador.
- 4 - Em paralelo, é realizada a atividade de monitoramento da produção, que serve de subsídio para o cálculo da recuperação de custo em óleo e o cálculo dos excedentes em óleo (atividade primária de monitoramento da produção).
- 5 - Com base na ponderação entre o volume produzido e o gasto incorrido, já é possível aos contratados recuperar, in natura, parte do gasto incorrido nas fases de exploração e desenvolvimento da produção (atividade primária de recuperação de custo em óleo). O valor a ser recuperado depende de parâmetros definidos no contrato de partilha de produção (atividade primária de cálculo do excedente e parcelas da produção).
- 6 - Após a recuperação em óleo dos custos incorridos e do volume correspondente aos royalties pagos, o excedente em óleo é partilhado entre os contratados e a União (atividade primária de cálculo de excedente em óleo da União), sendo posteriormente comercializado pela PPSA.
- 7 - Para averiguar a adequação dos custos apresentados, são realizadas atividades de auditoria do custo e do excedente em óleo no operador (atividade primária de fiscalização).

MACROPROCESSO DE GESTÃO DOS ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (AIPs)

- 1 - A representação da União nos AIPs é outro pilar. A União participa de AIPs quando nele estão envolvidas áreas não contratadas internas ao polígono do pré-sal ou áreas estratégicas. Nesse sentido, avaliamos e negociamos a parcela da União nesses acordos (atividade primária de negociação de AIPs).
- 2 - Após a definição da parcela da União, a PPSA negocia um acordo de equalização de gastos e volumes (EGV) com as partes unitizantes (atividade primária de EGV). Caso a União seja credora nessa equalização de gastos e volumes, a diferença entre as receitas e gastos é negociada e paga em pecúnia à União. Caso a União seja devedora, seu débito é quitado em petróleo e gás natural, com a própria parcela da produção cabível à União.
- 3 - Com o objetivo de verificar os valores apresentados e negociados no processo de equalização de gastos e volumes, são realizadas atividades de auditoria (atividade primária de fiscalização).
- 4 - A produção regular dos AIPs é acompanhada e, naturalmente, incorporada ao petróleo e ao gás natural da União e comercializada pela PPSA.

MACROPROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

Somos responsáveis pela gestão dos contratos para comercialização do petróleo e do gás natural da União e podemos comercializá-los diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio da contratação de um agente comercializador.

- 1 - Transformamos em pecúnia o petróleo e o gás natural advindos dos macroprocessos de representação da União nos AIPs e gestão dos contratos de partilha de produção (atividade primária de comercialização).

4

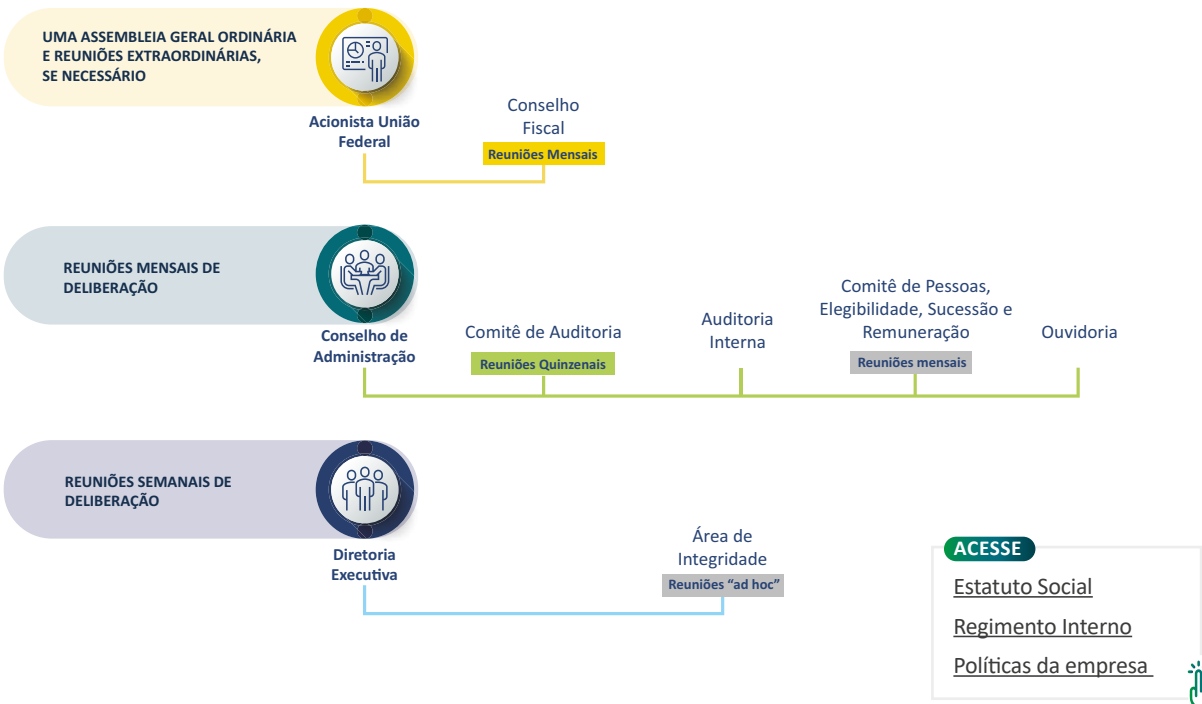
GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

NOSSA GOVERNANÇA

Aprimoramos constantemente nossa governança corporativa para garantir atuação em conformidade com a legislação e os regramentos a que estamos submetidos, fortalecendo a ética, a integridade, os controles internos e seus valores. Contamos com um sistema de gestão e um arcabouço de políticas e instrumentos normativos que estabelecem padrões a serem adotados para garantir as melhores práticas nessa área.

Nossa estrutura de governança é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Integridade.

Nossa empresa é administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que acompanham as principais decisões estratégicas da empresa. Os órgãos orientam a gestão no cumprimento da missão, na realização da visão e na promoção dos valores institucionais.



Composição e papel dos órgãos



ASSEMBLEIA GERAL

Acionista: União

Órgão máximo com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da PPSA, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social, bem como eleger e destituir os conselheiros de administração e fiscais.

ACESSE

[Confira as atas das reuniões](#)



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5 membros eleitos em Assembleia Geral:

- 1 conselheiro indicado pelo Ministério de Minas e Energia;
- 2 conselheiros indicados pelo Ministério da Economia;
- 1 conselheiro indicado pela Casa Civil; e
- Diretor-Presidente da PPSA.

O prazo de gestão é unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente e as extraordinárias sempre que convocadas pelo seu presidente ou pela maioria dos seus membros. As decisões são tomadas por maioria simples de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao presidente os votos ordinário e de qualidade.

ACESSE

[Currículos dos conselheiros e atas das reuniões](#)



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

3 Diretores

Órgão colegiado de direção geral ao qual incumbe exercer a gestão dos negócios, de acordo com a missão, e alcançar os objetivos, seguindo as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As decisões colegiadas da Diretoria Executiva são tomadas pela maioria absoluta de seus membros, presentes, no mínimo, três deles, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

O quadro a seguir apresenta a estrutura relacionada a cada Diretoria.

ACESSE

[Currículos dos Diretores](#)



PRESIDÊNCIA	DIRETORIA TÉCNICA	DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E COMERCIALIZAÇÃO
<p>Assessoria de Planejamento Estratégico</p> <p>Consultoria Jurídica</p> <p>Assessoria Especial Comunicação e Ouvidoria</p> <p>Assessoria da Presidência</p> <p>Secretaria de Governança Corporativa</p> <p>Assessoria da Presidência Fiscalização, Conteúdo Local e Segurança, Meio Ambiente e Saúde</p> <p>Auditoria Interna</p>	<p>Superintendência de Desenvolvimento e Produção</p> <p>Superintendência de Exploração</p> <p>Superintendência de Reservatórios</p>	<p>Gerências Executivas de Contratos</p> <p>Coordenação Técnica de Gestão de Projetos e Contratos</p> <p>Assessoria Especial</p>	<p>Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo</p> <p>Gerência de Controle e Finanças</p> <p>Gerência de Licitação e Contratos</p> <p>Gerência de Tecnologia da Informação</p> <p>Superintendência de Comercialização de Petróleo e Gás</p>

CONSELHO FISCAL

3 membros efetivos e seus respectivos suplentes:

2 indicados pelo Ministério de Minas e Energia

1 indicado pelo Ministério da Economia como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração pública

Nosso órgão de fiscalização tem atuação colegiada e individual, com gestão de dois anos, admitidas duas reconduções. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente e as extraordinárias quando convocadas pelo seu presidente.

ACESSE

[Currículos dos membros e atas das reuniões](#)



COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

3 membros

Auxilia o acionista controlador na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

ACESSE

[Currículos dos membros e atas das reuniões](#)



COMITÊ DE AUDITORIA

3 membros selecionados e eleitos pelo Conselho de Administração.

Iniciou sua atuação em janeiro de 2019.

ACESSE

[Currículos dos membros e atas das reuniões](#)



AUDITORIA INTERNA

Subordinada ao Conselho de Administração e vinculada administrativamente ao nosso Diretor-Presidente, é a área de controle responsável por fortalecer e assessorar os gestores, desenvolver ações preventivas, dentro de suas especificidades, no âmbito da empresa, contribuindo para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração.

ACESSE

[Auditoria Interna](#)



OUVIDORIA

Vinculada ao Conselho de Administração, tem a missão de atuar como interface entre o cidadão e partes interessadas no recebimento de sugestões e reclamações, visando melhorar o atendimento da companhia em relação à demanda de parceiros, empregados, fornecedores e sociedade em geral.

ACESSE

[Ouvidoria](#)



ÁREA DE INTEGRIDADE

Composta pelos membros eleitos pelo Conselho de Administração na 105ª Reunião Ordinária, de 31 de outubro de 2022, com mandato de dois anos, sendo permitidas três reconduções.

ACESSE

[Integridade](#)



OUTRAS REPRESENTAÇÕES

Nossa estrutura de governança possui, ainda, comissões e comitês constituídos por empregados para assessorar a alta administração na tomada de decisão em temas de relevância organizacional:

- Comitê de melhorias do Sistema de Gestão de Partilha de Produção;
- Comitê para adequação da empresa à Lei Geral de Proteção de Dados;
- Comitê de Gestão Tecnológica;
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA); e
- Grupo de Emergência do RB1.

TREINAMENTO

Buscando alcançar as melhores práticas, oferecemos treinamentos aos membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal sobre Contabilidade Financeira na Fundação Getúlio Vargas e de Gestão de Riscos aos membros do Conselho de Administração. Também foi realizado curso sobre anticorrupção oferecido a toda a força de trabalho.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Em busca da consolidação das melhores práticas de governança corporativa, mantemos o compromisso permanente de implementar e atualizar nossas políticas, manuais, procedimentos e instrumentos de controle.

O quadro descreve nossos principais instrumentos de gestão:

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- ✓ Estatuto Social
- ✓ Código de Conduta e Integridade
- ✓ Política Anticorrupção
- ✓ Política de Riscos
- ✓ Política de Distribuição de Dividendos
- ✓ Política de Divulgação de Informações
- ✓ Política de Transação com Partes Relacionadas
- ✓ Política de Hedge
- ✓ Procedimentos de integridade
- ✓ Regulamento Interno de Licitações e Contratos
- ✓ Regimentos Internos dos colegiados e da empresa
- ✓ Procedimento de Governança para os Contratos de Partilha de Produção (CPP) com a Matriz de Limite de Competência e Autoridade nos CPPs

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A adoção de ações de controle interno e a gestão de risco são instrumentos essenciais para assegurar o alcance de nossas metas e objetivos. Em linha com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), buscamos assegurar um ambiente de controle com objetivos claros e que demonstrem o compromisso dos gestores com a integridade pública, além de oferecer uma abordagem estratégica à gestão de riscos e adotar mecanismos para responder a possíveis violações das leis e desvios éticos.

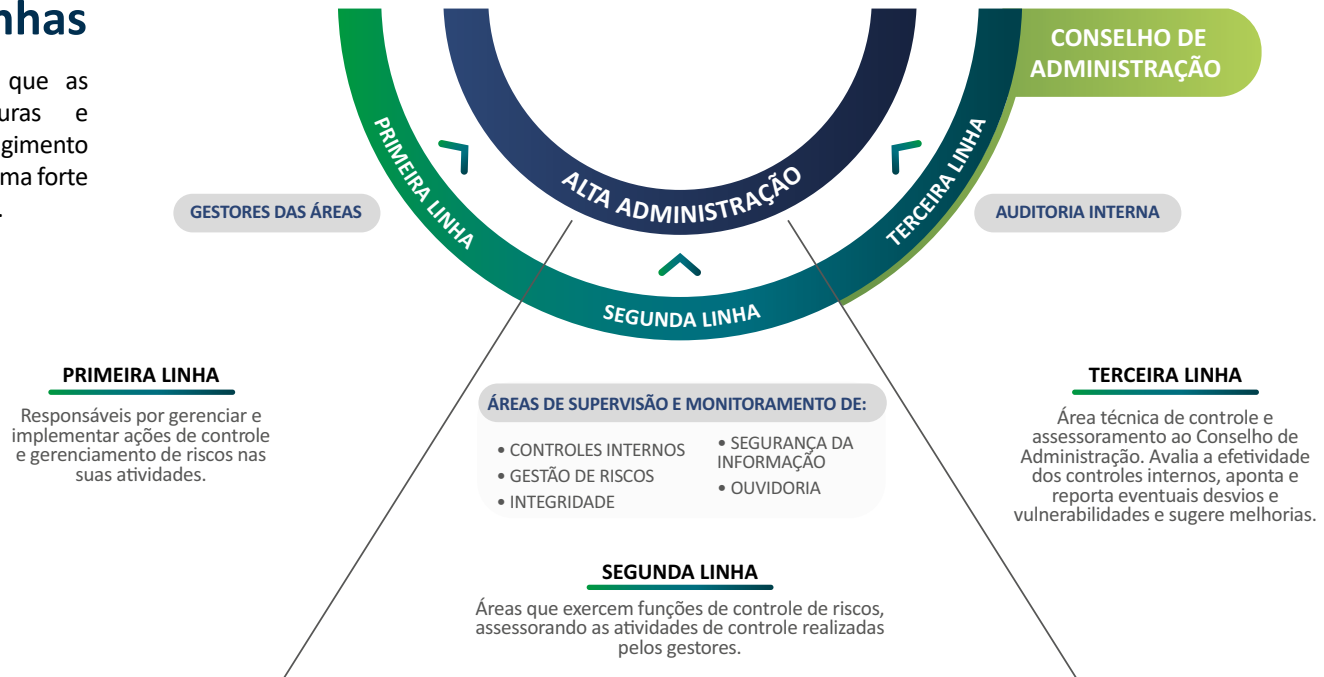
Nosso sistema de gestão é composto por quatro alicerces: Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Risco e Programa de Integridade. Contamos com mais de 70 procedimentos para apoiar a operação da empresa e estruturar um ambiente de controle interno, facilitando a atuação em conformidade com a legislação, a manutenção de uma governança sólida, a operação de forma sistematizada, a redução da vulnerabilidade à fraude e à corrupção e, por fim, garantindo um resultado eficaz para a União.





Modelo das Três Linhas

O modelo de três linhas propicia que as organizações identifiquem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos seus objetivos e contribuem para uma forte governança e gerenciamento de riscos.



Gestão de riscos

O desempenho das instituições estará sempre ameaçado pela eventual materialização de riscos a que estão submetidas em suas atividades. Por essa razão, a gestão eficaz dos riscos é um instrumento fundamental na governança.

É a partir de um processo rigoroso de identificação das nossas vulnerabilidades e da avaliação dos riscos que podem impactar a empresa que elaboramos medidas de enfrentamento e estabelecemos uma sistemática dinâmica de acompanhamento do processo.

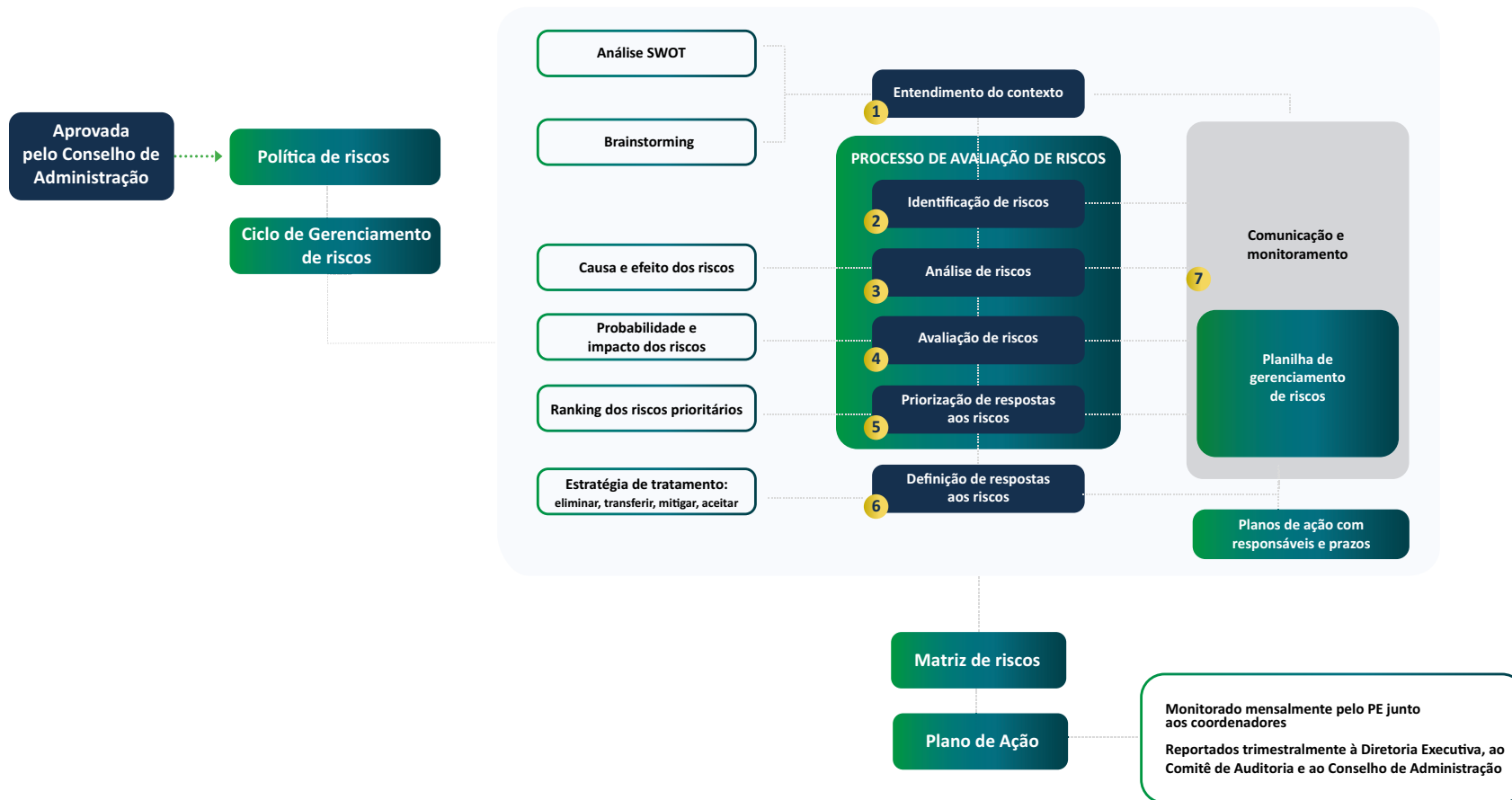
A equipe de Planejamento Estratégico, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, é a responsável por conduzir o gerenciamento de riscos, aprimorando procedimentos que visam à prevenção e à mitigação dos principais riscos a que estamos expostos e monitorando regularmente todos os itens elencados, independente da área a que estão relacionados.

A metodologia de gerenciamento de riscos é composta por sete etapas (conforme a figura), que abarcam desde o entendimento do contexto, com análises das ameaças internas e externas que afetam a empresa, a identificação de diversos riscos e posterior priorização, até a definição das respostas que serão dadas pela empresa.

A Diretoria Executiva participa de todas as etapas e, ao final, o processo é aprovado pelo Conselho de Administração.

O ciclo prevê a elaboração de uma Matriz de Risco e de um Plano de Ação para Tratamento dos Riscos, monitorado mensalmente pelo Planejamento Estratégico, com a participação dos coordenadores responsáveis por cada ação de mitigação. Trimestralmente, é apresentado um relatório de acompanhamento à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria.

As diretrizes para o processo estão estabelecidas em nossa Política de Gestão de Riscos, que é aprovada e supervisionada pelo Conselho de Administração.



A análise aponta cinco principais tipos de riscos: de negócio, operacionais, de imagem, financeiros e de integridade.

RISCOS DE NEGÓCIO

São aqueles associados à estratégia da empresa e à gestão.

RISCOS OPERACIONAIS

São aqueles relacionados a falhas ou deficiências em processos internos, pessoas, sinistros ou catástrofes naturais.

RISCOS DE IMAGEM

São aqueles com capacidade de afetar a reputação da empresa.

RISCOS FINANCEIROS

São aqueles capazes de afetar a sustentabilidade financeira da empresa.

RISCOS DE INTEGRIDADE

São aqueles associados à conduta ética da equipe e administradores, ao descumprimento de práticas de conformidade e segurança da informação.

Todos os anos, durante a elaboração do Planejamento Estratégico quinquenal, analisamos os riscos previamente detectados pela empresa e realizamos um novo exercício, verificando as ameaças e as oportunidades.

Em 2022, monitoramos e desenvolvemos ações de mitigação para oito riscos. Ao final do ano, em nova rodada de avaliação do ciclo de riscos, reduzimos nossa matriz para seis riscos para os próximos dois anos, face à boa evolução obtida no tratamento do outros dois.

Consideramos importante relacionar diretamente os objetivos estratégicos com a mitigação dos principais riscos, assim como o aproveitamento das oportunidades existentes. Para cada um dos riscos listados há um plano de mitigação. O gráfico ilustra os principais riscos e oportunidades identificados:



OUTROS MECANISMOS DE CONTROLE:

FINANCEIROS

A Gerência de Controle e Finanças (GCF) é responsável por assegurar a confiabilidade dos registros e controles e a pronta elaboração de relatórios e demonstrações contábeis. As transações são transparentes, contabilizadas e classificadas para contas que refletem a sua natureza, de maneira precisa e completa.

As demonstrações são auditadas trimestralmente e anualmente, por auditores externos independentes, supervisionados pelo Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal acompanha o fechamento contábil mensal do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, bem como da realização orçamentária acumulada, até aquela data, e o fluxo de caixa realizado e projetado, que dá visibilidade dos recursos financeiros ao longo do tempo. A Gerência apresenta mensalmente o Relatório de Gestão Contábil à Diretoria Executiva.

Anualmente, a gerência apresenta o Plano de Dispêndios Globais para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

LICITAÇÕES

As contratações de bens e serviços para a PPSA são realizadas com base nos preceitos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração. Cada contrato com fornecedor possui um fiscal. Cabe ao fiscal acompanhar a execução dos contratos, avaliar a qualidade das entregas e validar, mensalmente, os documentos de cobrança enviados pelo fornecedor para a PPSA. Só após essa validação, que demanda tripla aprovação para prevenir irregularidades, a GCF realiza o pagamento.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Prezamos pela atuação ética, transparente e responsável. Nossos princípios e regras obrigatórias de comportamento estão descritos no Código de Conduta e Integridade (CCI), revisado em 2022, e na nossa Política Anticorrupção. Temos um ambiente de trabalho agradável, no qual todos os colaboradores são tratados com respeito e honestidade, sem tolerância para quaisquer tipos de assédio, discriminação, preconceito ou retaliação.

Ao longo do ano, evoluímos na implantação do Programa de Integridade, que, por meio de um conjunto de procedimentos, tem como objetivo assegurar o cumprimento dos valores éticos e proteger a empresa e as pessoas de boa-fé. Nossa Diretoria Executiva segue permanentemente vigilante e atenta ao cumprimento do programa, reafirmando o compromisso em manter os mais altos padrões de ética e governança na condução dos negócios.

Conduzido pela Área de Integridade, formada pelo *Compliance Officer* e três colaboradores, o programa tem como base de atuação os pilares de prevenção, detecção e correção. Trabalhamos conscientizando a força de trabalho sobre a importância de nossos valores éticos e elaboramos normativos que garantam mecanismos para apuração de eventuais desvios e responsabilização.

MECANISMOS DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E CORREÇÃO

PREVENÇÃO

Normativos, treinamentos e programas de comunicação instruindo como as pessoas devem agir e o que devem fazer para estarem em sintonia com o nosso Programa de Integridade, visando mitigar o risco de ocorrência de desvios de integridade.

DETECÇÃO

Canal de Denúncias próprio e atendimento pela Plataforma Fala.BR com o objetivo de identificar eventual ocorrência de atos contrários ao Código de Conduta e Integridade.

CORREÇÃO

Tolerância zero para desvios. Procedimentos de apuração e adoção de medidas de responsabilização em caso de comprovação de desvio de integridade.

ÁREA DE INTEGRIDADE

1 compliance officer

3 colaboradores

Membros indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração.

Mandato de dois anos, permitida três reconduções.

Relatórios trimestrais de atividades de Áreas de Integridade são elaborados e submetidos à apreciação de todos os colegiados da PPSA.

INTEGRIDADE (RESULTADOS)

- Aprovação do Procedimento de Gestão dos Controles do Programa de Integridade;
- Aprovação do Procedimento de Gestão de Comunicação da Integridade;
- Revisão do Código de Conduta e Integridade;
- Tratamento das recomendações da Controladoria Geral da União;
- Realização de campanhas de comunicação sobre temas de Integridade;
- Criação de página de Integridade no site da PPSA;
- Treinamento EAD sobre o tema Anticorrupção;
- Tratamento de manifestações na Ouvidoria.

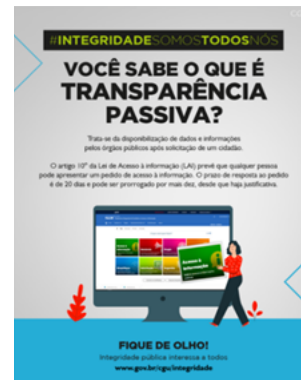
Conscientização e treinamento

Nossos colaboradores são os principais protagonistas da integridade em nossa empresa. Para fortalecer os princípios éticos e as condutas esperadas de cada um, incentivamos o debate sobre o tema em nossas ações permanentes de comunicação. Por meio de mais de 30 comunicados enviados por e-mail, campanhas em nosso jornal mural e na newsletter interna “De Olho no Pré-Sal”, ressaltamos frequentemente temas do nosso Código de Conduta e Integridade e de nossa Política Anticorrupção, assim como divulgamos campanhas da Controladoria Geral da União sobre ética, transparência ativa e condutas esperadas dos agentes públicos.

No segundo semestre, promovemos o Curso Anticorrupção por meio do portal Learning Flex. O objetivo foi apresentar as formas de combater práticas de corrupção. Com carga horária de cerca de uma hora, o curso foi oferecido em formato websérie com cinco capítulos e um teste de aprendizagem. O treinamento foi realizado por 100% dos nossos colaboradores, pela Diretoria Executiva e membros dos colegiados.

TEMAS DO TREINAMENTO ANTICORRUPÇÃO

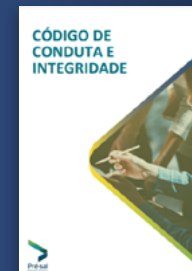
- Fraude e Corrupção;
- A empresa e Administração Pública;
- Ética e Conduta;
- O Fornecedor; e
- Política.



Para dar conhecimento à sociedade sobre nossas ações, criamos uma página em nosso site.



SAIBA MAIS



Código de Conduta e Integridade



Política Anticorrupção

Ouvidoria

Nossa Ouvidoria atua como interface entre o cidadão e as partes interessadas no recebimento de sugestões, reclamações e eventuais denúncias em caso de desvios ao nosso Código de Conduta e Integridade, visando melhorar o atendimento da companhia em relação a demandas de empregados, fornecedores, clientes e sociedade em geral.

Trata-se de um canal de diálogo entre o cidadão e a empresa, imparcial e independente, que busca soluções para as questões recebidas, melhorias nos processos internos e aumento da transparência da empresa. A área é vinculada diretamente ao Conselho de Administração.

Cabe à Ouvidoria a responsabilidade de receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da companhia. A área recebe todas as demandas, realiza a primeira avaliação e as encaminha internamente, buscando soluções para as questões suscitadas, em parceria com as áreas responsáveis. Adotamos todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos prazos legais para resposta ao demandante e assegurar a qualidade das respostas.

As demandas para a PPSA podem ser encaminhadas por meio da plataforma Fala.BR ou do Canal de Denúncias próprio da empresa, podendo também haver atendimento presencial no escritório da empresa no Rio de Janeiro.

FALA.BR

No Fala.BR as demandas são classificadas conforme a figura:



SUGESTÃO:

Proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela administração pública federal;



ELOGIO:

Demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;



SOLICITAÇÃO

Requerimento de adoção de providência por parte da administração;



RECLAMAÇÃO:

Demonstração de insatisfação relativa a serviço público; e



DENÚNCIA:

Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo. O prazo para resposta é de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias mediante justificativa.



ACESSO À INFORMAÇÃO:

Pedido de acesso a informações públicas.

Para pedidos de acesso à informação, o prazo para resposta é de 20 dias.

ACESSE

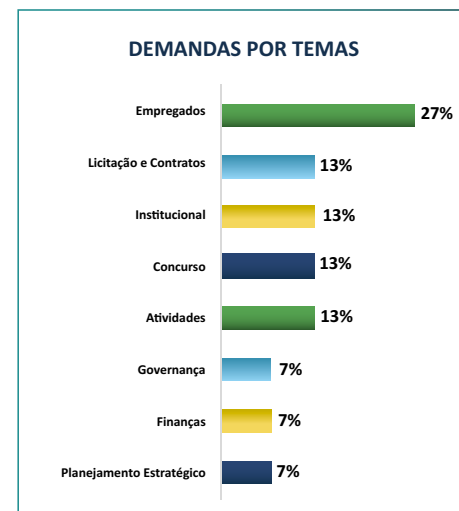
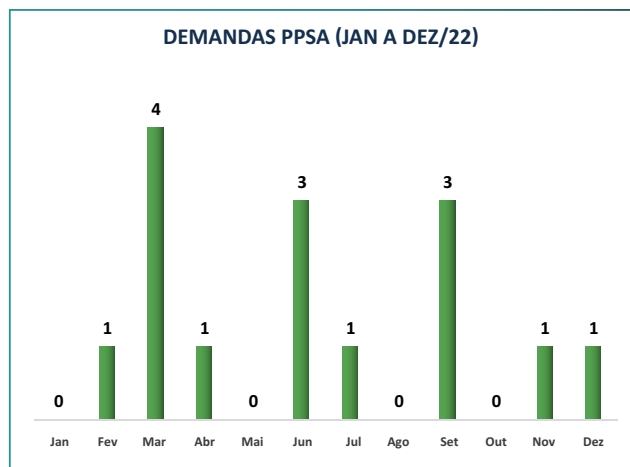
[Fala.BR](#)



Ao longo de 2022, recebemos 55 demandas pelo canal Fala.BR. Desse montante, 28 demandas foram recebidas e, após análise de que fugiam ao nosso escopo de atuação, foram então encaminhadas aos órgãos que versam sobre o assunto demandado pelo cidadão, deixando de fazer parte do quantitativo de manifestações direcionadas à empresa.

Das 27 manifestações restantes, somente 15 foram relacionadas à PPSA. As demais não eram correlatas à atuação da empresa, porém tais manifestações não possuíam elementos que permitissem a identificação do órgão de interesse do cidadão.

O quadro abaixo ilustra as 15 demandas que nos foram direcionadas em 2022. Não recebemos nenhuma denúncia, sendo 14 pedidos de informação e uma solicitação. Todas as demandas foram recebidas e tratadas prontamente. Para melhor identificar as áreas de interesse da sociedade, as demandas foram agrupadas por temas.



CANAL PRÓPRIO

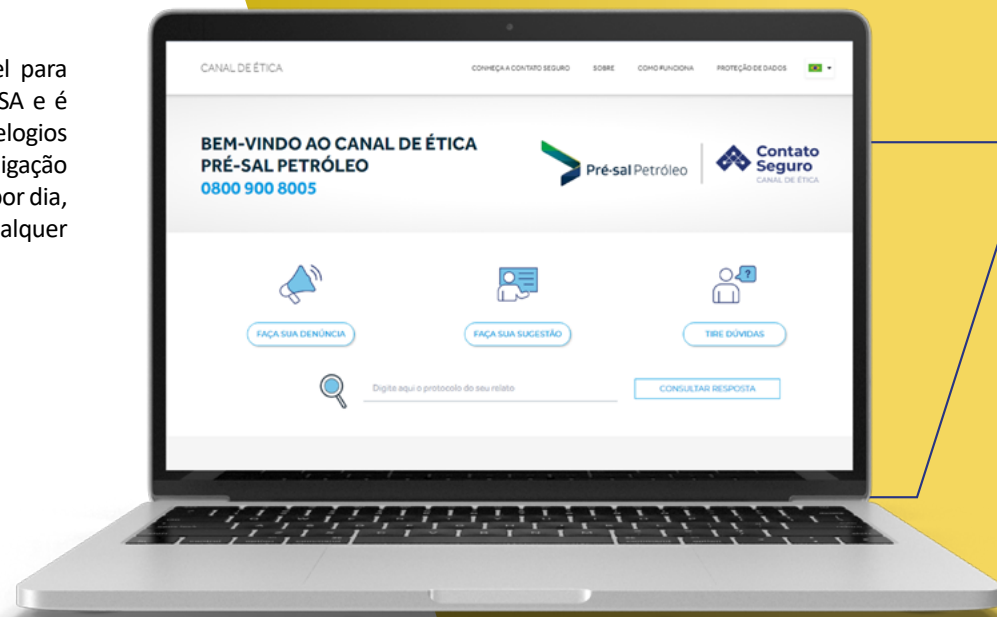
Um canal próprio, independente, sigiloso e imparcial encontra-se disponível para os públicos externo e interno. O ambiente é hospedado fora da rede da PPSA e é administrado pela empresa Contato Seguro. Recebe denúncias, sugestões, elogios e dúvidas, classificadas livremente pelo cidadão, realizados por meio de ligação telefônica (0800), site ou aplicativo. Os atendentes estão à disposição 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. As ligações são sempre gratuitas, de qualquer lugar do país. Não é necessário se identificar, sendo garantido o anonimato.

Não recebemos nenhuma manifestação nesse canal em 2022.

Telefone: 0800 900 8005

ACESSE

[Canal de Ética PPSA](#)



SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

Nossa atuação é pautada pela transparência e pelo diálogo com a sociedade e nossos públicos de interesse, com os quais buscamos ampliar e estreitar o relacionamento para entender suas expectativas e demandas. Além do atendimento pela Ouvidoria, mantemos o diálogo aberto com a sociedade em nosso site e página no LinkedIn e por meio do contato direto com nossa equipe, nossos parceiros, órgãos de governo e com a imprensa. Também compartilhamos nosso conhecimento participando de eventos externos, como a Offshore Technology Conference, o SPE Brazil Symposium, o Rio Oil & Gas 2022, o Construction Titãs - Project Management Institute (PMI) e o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, nos quais estivemos em 2022.

Acreditamos que a comunicação pública deve ser construída com informações claras, redigidas em linguagem simples e disponibilizadas em formato amigável, com uso de recursos gráficos e interativos, sempre que possível, facilitando o entendimento dos dados disponibilizados.

Por isso, investimos em ações didáticas sobre nossas atividades e no aumento da transparência de nossos dados. Objetivamos, assim, aumentar a percepção do valor que geramos para a sociedade e promover o engajamento dos nossos públicos com a empresa.

Em cumprimento à legislação (Lei Complementar nº 64, de 1990), no período de defeso eleitoral (02/07 a 30/10), nossa página no LinkedIn e nosso canal Youtube foram desabilitadas e a publicação de notícias em nosso site e o envio de releases para a imprensa se restringiram a informações relacionadas à transparência da companhia.





Interações com público de interesse



187.204
interações no
LinkedIn



27
releases divulgados
para a imprensa



1406
matérias publicadas
na mídia



120
normativos disponibilizados
em nossa Biblioteca Digital
de petróleo e gás natural



10
apresentações
externas



89
comunicados enviados
para a equipe interna



15
manifestações
recebidas no Fala.BR



3
e-books produzidos
com comunicação didática
sobre nossos temas



469
contratações disponibilizadas
em nosso Painel de Licitações
e Contratos



11 fontes de dados
disponibilizadas em Painel
Interativo com números
sobre arrecadação,
comercialização e projeções
futuras

Metas Alcançadas



Maior visibilidade da empresa
e dos resultados gerados pela
companhia;



Aumento da percepção de
valor gerado pela PPSA para a
sociedade;



Melhora da compreensão
sobre os temas da empresa;



Aumento da transparência;



Aumento da divulgação na
mídia sobre os resultados da
empresa.

Principais ações em 2022

PAINEL INTERATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Elaboramos um painel interativo para dar total transparência às nossas contratações e disponibilizar as informações em formato mais amigável. Elaborado em ferramenta de *Business Intelligence (BI)*, o painel possibilita a visualização de todos os contratos realizados desde a criação da empresa, tanto os vigentes quanto os já encerrados.



A plataforma permite filtros por modalidade contratada, data, valor e objeto. O painel conta também com uma nuvem de palavras que facilita a busca por categorias. Ao clicar em determinada palavra, a ferramenta apresenta uma tabela com todo o detalhamento das contratações realizadas naquela categoria, incluindo acesso aos documentos disponíveis.

O painel é atualizado sistematicamente a cada nova licitação. Até dezembro de 2022, a PPSA havia realizado 469 contratações, com um desembolso total de R\$ 184,6 milhões, cerca de 26% abaixo do valor orçado. Desse total, R\$ 122,2 milhões referem-se a contratos vigentes.

ACESSE

[Licitações e Contratos](#)



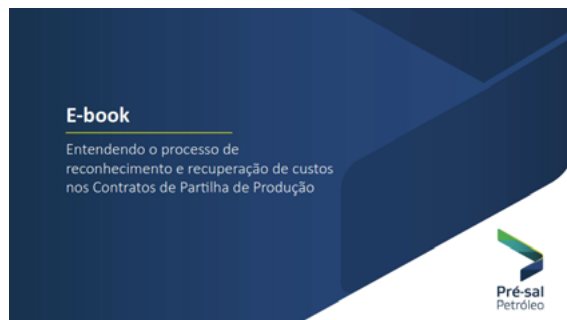
Principais ações em 2022

E-BOOKS DIDÁTICOS

Nossos técnicos são profissionais renomados. Transformamos alguns de seus conhecimentos em três e-books: “Entendendo o processo de reconhecimento e recuperação de custos nos Contratos de Partilha de Produção”, “Portfólio de Contratos de Partilhas de Produção” e “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”. Também foi revisado o e-book “Entendendo os volumes excedentes da Cessão Onerosa”.

ACESSE[Artigos e Publicações](#)

Clique nas imagens e acesse os e-books.



Principais ações em 2022

FÓRUM TÉCNICO PRÉ-SAL PETRÓLEO

Após dois anos em formato virtual, em virtude das restrições impostas pela Covid-19, a 5ª edição do Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo foi realizada presencialmente, em novembro, e contou com mais de 150 participantes, reunindo lideranças do setor de petróleo e gás natural. O evento teve transmissão em tempo real pelo canal no Youtube da agência epbr, com tradução simultânea em inglês, proporcionando o acesso a informações qualificadas sobre as perspectivas de desenvolvimento de projetos de petróleo e gás natural nos próximos anos a todos os interessados.

No evento, apresentamos a edição 2022 do estudo “Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, com projeções sobre a produção de petróleo e gás nas áreas atualmente sob gestão da PPSA até 2032. A programação contou, também, com painéis sobre as alternativas logísticas de escoamento do petróleo e do gás natural no pré-sal, com participação de executivos de empresas que atuam no polígono do pré-sal, e palestras sobre o potencial das áreas da oferta permanente, com participação da ANP, e sobre a atuação do Serviço Geológico do Brasil no setor de petróleo e gás natural. Adicionalmente, ocorreu um debate acerca do aproveitamento do gás natural do pré-sal com empresas brasileiras e estrangeiras ligadas ao setor de *midstream*.

Pela primeira vez realizamos, na parte da tarde, uma sessão técnica exclusiva para convidados. Uma iniciativa do nosso Comitê de Gestão Tecnológica, a Mesa Técnica “Perda de Fluidos na Perfuração de Poços no Pré-Sal” teve como objetivo debater a prevenção e o combate à perda de circulação de fluidos no pré-sal.

As palestras continuam disponíveis para acesso no Youtube da agência epbr e contam com mais de 40 mil visualizações.



5º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo



Mesa Técnica

ACESSE

[Vídeos](#)

[Apresentações](#)





LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Sancionada em agosto de 2018, a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Estamos comprometidos em garantir a privacidade, a proteção dos dados pessoais e a segurança das informações, em conformidade com a Lei, pois acreditamos que tais ações aumentarão a proteção dos dados com os quais trabalhamos, elevarão o padrão de segurança da informação na empresa e contribuirão com a transparência.

Para nos adequarmos à legislação, mapeamos todas as fragilidades internas de segurança de dados, por meio de entrevistas individuais e coletivas com os colaboradores, e realizamos mais de 20 ações para garantir ajustes em nossos procedimentos e dar suporte legal a nossa atuação. Entre as ações, destacam-se aditivos aos contratos de trabalho e alterações do modelo de contratos com fornecedores para esclarecer o tratamento de dados realizado. Também promovemos ajustes na Política de Segurança da Informação e demais práticas de gestão.

Contamos com uma Encarregada (DPO - *Data Protection Officer*) e uma suplente para o tratamento dos dados pessoais, conforme requer o art. 41 da LGPD, que atua com o apoio do Comitê LGPD, formado por cinco empregados. O processo de adequação foi acompanhado pelo *Compliance Officer* e pela Diretoria Executiva e reportado ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Para entrar em contato com a Encarregada ou com sua suplente, envie um e-mail para dpo@ppsa.gov.br.



5

RESULTADOS DA GESTÃO



Oleo da União

US\$157

Royalties

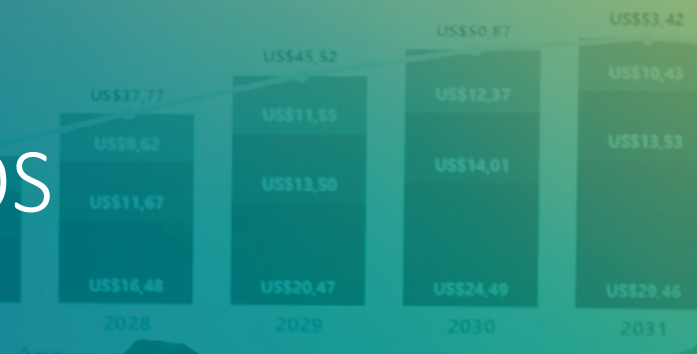
US\$100

Tributos

US\$87

Receitas (US\$ BILHÃO) por Ano

Oil & Gas (US\$ Bilhão) • Oil & Gas (US\$ Bilhão) • Royalties (US\$ Bilhão) • Tributos (US\$ Bilhão) • (US\$ Total)



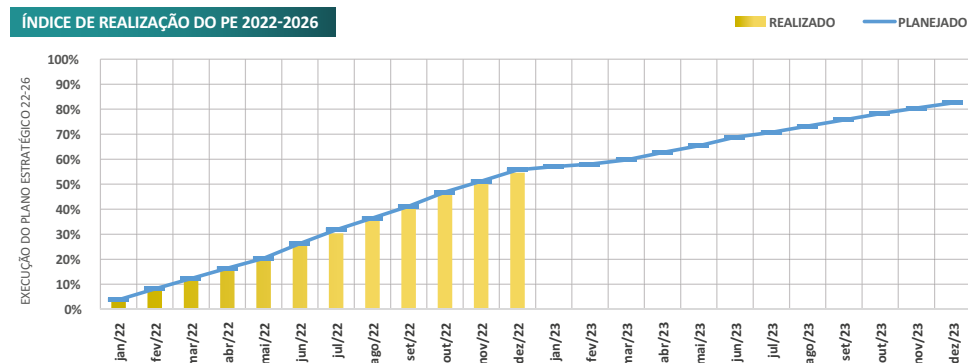
RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO 2022-2026

Alicerçado em cinco Diretrizes Estratégicas que se desdobraram em nove objetivos, o Plano Estratégico 2022-2026 teve índice de realização de 98% em 2022. Três das 18 iniciativas planejadas já foram concluídas e as demais terão continuidade no ciclo 2023-2027, considerando a análise dos cenários e a revisão do planejamento quinquenal. As iniciativas que não atingiram 100% da meta não comprometeram os bons resultados obtidos pela companhia, que desempenhou, com eficiência, atividades nas suas três frentes de trabalho.

Para garantir a implementação do plano, adotamos um mecanismo de governança assim constituído:

- 1 patrocinador (Diretor-Presidente);
- 3 diretores responsáveis pelas diretrizes estratégicas;
- 1 coordenador executivo (Assessor de Planejamento Estratégico); e
- 8 coordenadores técnicos (equipes das áreas).

O plano é aprovado pelo Conselho de Administração.



O acompanhamento das ações é sistemático, suportado pela reunião mensal de análise crítica (RAC) do Planejamento Estratégico, quando também é apresentada a curva de evolução e o acompanhamento trimestral do desempenho pelo Conselho de Administração. Conheça os principais resultados:

RESULTADOS PE 2022-2026**1ª DIRETRIZ****Aprimorar os processos técnicos e de gestão de contratos de E&P**

- ✓ Estruturação da carteira de projetos para os contratos de partilha de produção (CPP);
- ✓ Estruturação do processo de gestão da produção dos CPPs, com procedimentos e indicadores;
- ✓ Simplificação do processo de aprovação dos *ballots* (registro de votos) e do processo de reconhecimento de custos.

2ª DIRETRIZ**Otimizar o processo de comercialização de petróleo e gás**

- ✓ Criação de alternativas de comercialização, incluindo cenário de pequenos volumes, aumentando a rentabilidade;
- ✓ Acompanhamento do teste de campo do *Cargo Transfer Vessel* (CTV) e seus desdobramentos com objetivo de melhorar a logística para as operações de descarga
- ✓ Renovação dos contratos de gás, refletindo os avanços do Mercado de Gás Natural.

3ª DIRETRIZ**Consolidar a estruturação da empresa e promover a transformação digital**

- ✓ Aprovação do Plano de Cargos e Salários;
- ✓ Renovação do contrato de remuneração com o MME;
- ✓ Diagnóstico da gestão dos dados técnicos;
- ✓ Implantação da LGPD;
- ✓ Implantação de Firewall mais moderno – aumento da segurança cibernética;
- ✓ Planejamento da contratação do SGPP 2.0; e
- ✓ Aumento do engajamento da PPSA com ações de Comunicação e realização do Fórum Técnico.

4ª DIRETRIZ**Promover a Gestão do Conhecimento**

- ✓ Implantação da Gestão do Conhecimento, com definição de mecanismos de transferência de conhecimento e realização de 25 ações, incluindo palestras, treinamentos e passagens de serviço.

5ª DIRETRIZ**Fomentar a aplicação de soluções técnicas e inovações nos projetos de E&P**

- ✓ Implantação da Gestão Tecnológica, com um processo bem definido, com procedimento e identificação de oportunidades.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM NÚMEROS

GESTÃO DOS CONTRATOS

546 *ballots* e AFEs respondidos no ano (aumento de 56% em relação a 2021)

98% cumpridos em menos de 10 dias

RECONHECIMENTO DE CUSTO

94%* dos custos reconhecidos
**Os demais custos estão em processo de reconhecimento*

COMERCIALIZAÇÃO

135% do volume de óleo previsto foi comercializado

PRINCIPAIS RESULTADOS

22 cargas de óleo

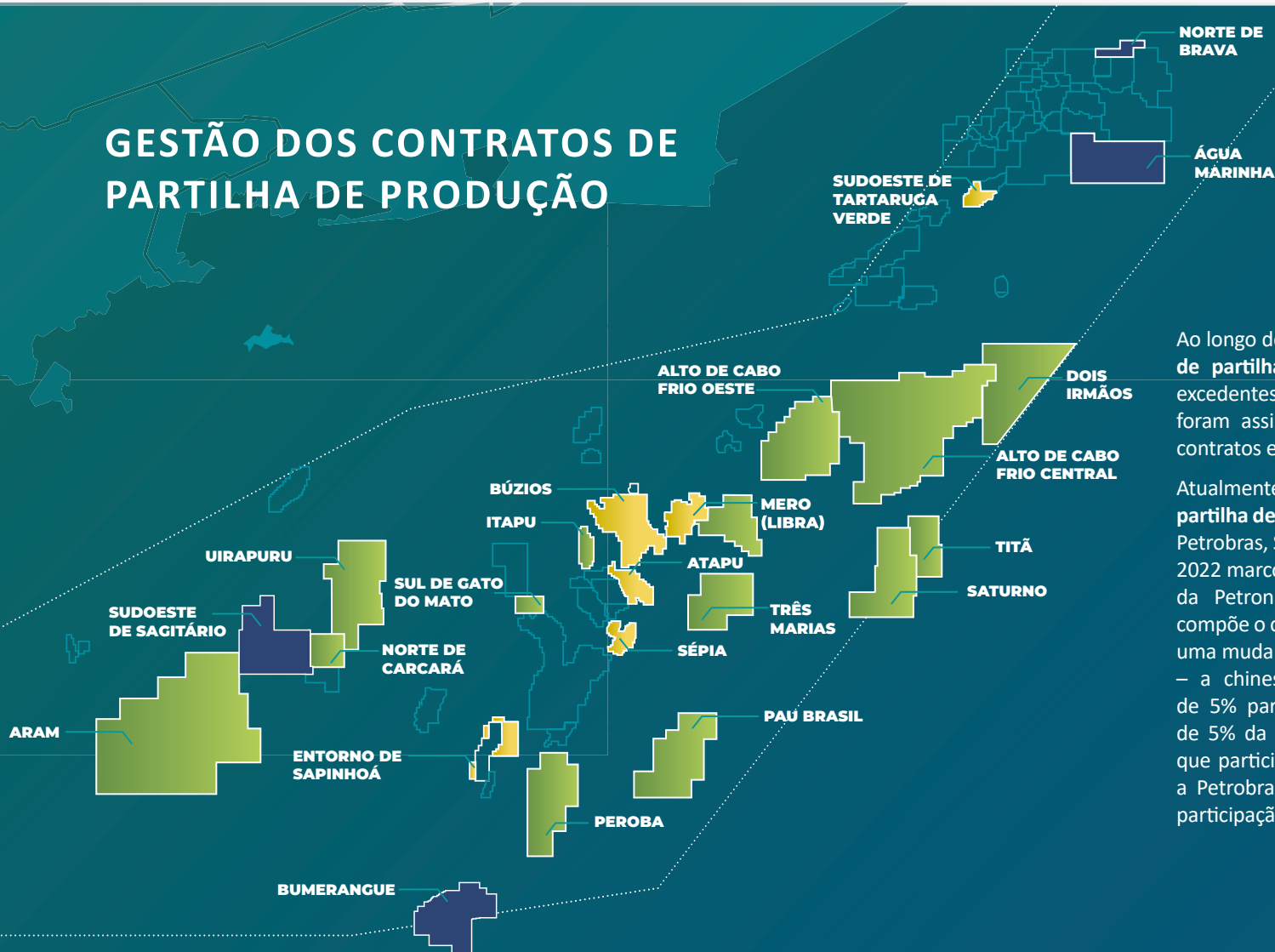
11 milhões de barris de petróleo da União

65 milhões de metros cúbicos do gás da União

ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO


















GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO



Ao longo de 2022, fizemos a gestão de 19 contratos de partilha de produção. Dois deles – volumes excedentes da cessão onerosa de Sépia e Atapu – foram assinados no primeiro semestre. Todos os contratos estão situados no Polígono do Pré-Sal.

Atualmente, 15 empresas atuam em regime de partilha de produção, sendo cinco delas operadoras: Petrobras, Shell, bp, ExxonMobil e Equinor. O ano de 2022 marcou o início da participação nos consórcios da Petronas, empresa estatal da Malásia, que compõe o consórcio de Sépia. Também foi registrada uma mudança na composição do contrato de Búzios – a chinesa CNOOC aumentou sua participação de 5% para 10%, com consequente transferência de 5% da participação da Petrobras. As empresas que participam do maior número de contratos são a Petrobras (13) e a Shell (7). O quadro ilustra a participação societária por blocos:

MAPA DE PARTICIPAÇÕES

Bloco	 Petrobras	 Shell	 Total	 CNPC	 CNOOC	 Ecopetrol	 Repsol	 Equinor	 ExxonMobil	 Petrogal	 BP	 CNOOC	 QPI	 Chevron	 Petronas
Libra	40%	20%	20%	10%	10%										
Sul de Gato do Mato		50%	20%			30%									
Entorno de Sapinhoá	45%	30%					25%								
Norte de Carcará								40%	40%	20%					
Peroba	40%										40%	20%			
Alto de Cabo Frio Oeste		55%			20%								25%		
Alto de Cabo Frio Central	50%										50%				
Uirapuru	30%							28%	28%	14%					
Dois Irmãos	45%							25%			30%				
Três Marias	30%	40%												30%	
Saturno		50%												50%	
Titã									64%				36%		
Pau Brasil					30%	20%					50%				
Sudoeste de Tartaruga Verde	100%														
Búzios	90%				5%							5%			
Itapu	100%														
Aram	80%											20%			
Sépia	30%		28%										21%		21%
Atapu	52,50%	25%	22,50%												

ACESSE

[Portfólio de contratos de partilha de produção](#)



CONTRATOS EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO



DESTAQUES 2022

19 
contratos
de partilha de produção
sob gestão da PPSA

7 
contratos
em produção: Libra (Mero), Búzios,
Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de
Tartaruga Verde, Sépia, Atapu e Itapu

12 
FPSOs
em operação, sendo que 2 iniciaram
as atividades em 2022: FPSO
Guanabara (Mero) e P-71 (Itapu)

2 
novos
contratos
assinados (volumes excedentes da
cessão onerosa de Sépia e Atapu)

2
novos acordos
de Individualização da Produção
tornaram-se efetivos (Mero e
Bacalhau)
e **2** aditivos
foram assinados (Sépia e Atapu).

1 
nova empresa
participando de contrato de partilha
de produção – Petronas, em Sépia


2 
campanhas
de perfuração iniciadas –
Bacalhau e Itapu

1 
redeterminação
acordada entre os parceiros, a ser
aprovaada pela ANP – Jazida de Sapinhoá

3 
acordos
de coparticipação efetivos:
Itapu, Sépia e Atapu

3 
novas
descobertas
Três Marias, Alto de Cabo Frio Central e Sépia

50 
poços ativos

1 
mudança
de participação em
contrato - CNOOC
aumentou sua
participação em Búzios
de 5% para 10%, com
consequente
transferência de 5% da
participação da Petrobras

233
milhões de barris
de petróleo produzidos, sendo
9,8
milhões
de barris produzidos de
direito da União



602
milhões de m³
de gás natural disponibilizados para
comercialização por contratos em regime de
partilha de produção, sendo
48
milhões de m³
de gás natural de direito da União



PRODUÇÃO

4
novos
contratos
em 2023
Água Marinha, Norte de Brava,
Bumerangue e Sudoeste de
Sagitário

8
FPSOs em
construção
(4 de Búzios, 3 de Mero, 1 de
Norte de Carcará) e outros 3
em licitação para Búzios

FUTURO PRÓXIMO

3
projetos com
previsão de
1º óleo
Búzios-5 e Mero 2, em 2023,
e Bacalhau, em 2025

Contratos em produção

Dos 19 contratos, sete estão em produção: Libra (Mero), Búzios, Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde, Sépia, Atapu e Itapu. A produção dessas áreas é realizada com 12 navios-plataformas. No total, são mais de 50 poços ativos.

Juntos, os sete contratos produziram 233 milhões de barris de petróleo. Desse total, 9,8 milhões de barris foram destinados à União. Os campos de Búzios e Mero foram os principais produtores em 2022, com 152 milhões e 34 milhões de barris de petróleo, respectivamente. Juntos, responderam por 80% da produção total. Quando analisada a parcela da União, os dois campos também foram os que mais contribuíram, respondendo por 74% da produção.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM 2022 EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	
PRODUÇÃO TOTAL DE PETRÓLEO	233 MILHÕES DE BARRIS
PARCELA DE PETRÓLEO DA UNIÃO	9,8 MILHÕES DE BARRIS
PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL	602 MILHÕES DE M ³
PARCELA DE GÁS NATURAL DA UNIÃO	48 MILHÕES DE M ³

A produção de gás natural teve igualmente um resultado expressivo em 2022. **Foram disponibilizados para comercialização 602 milhões de metros cúbicos (m³), mais do que o triplo dos 187 milhões m³ de 2021.** O campo de Búzios foi o principal produtor, sendo responsável por mais da metade da produção (528 milhões m³). A União contou com 48 milhões m³. Mais de 80% do gás natural da União vem do contrato de Entorno do Sapinhoá.

TRÊS PRINCIPAIS PRODUTORES

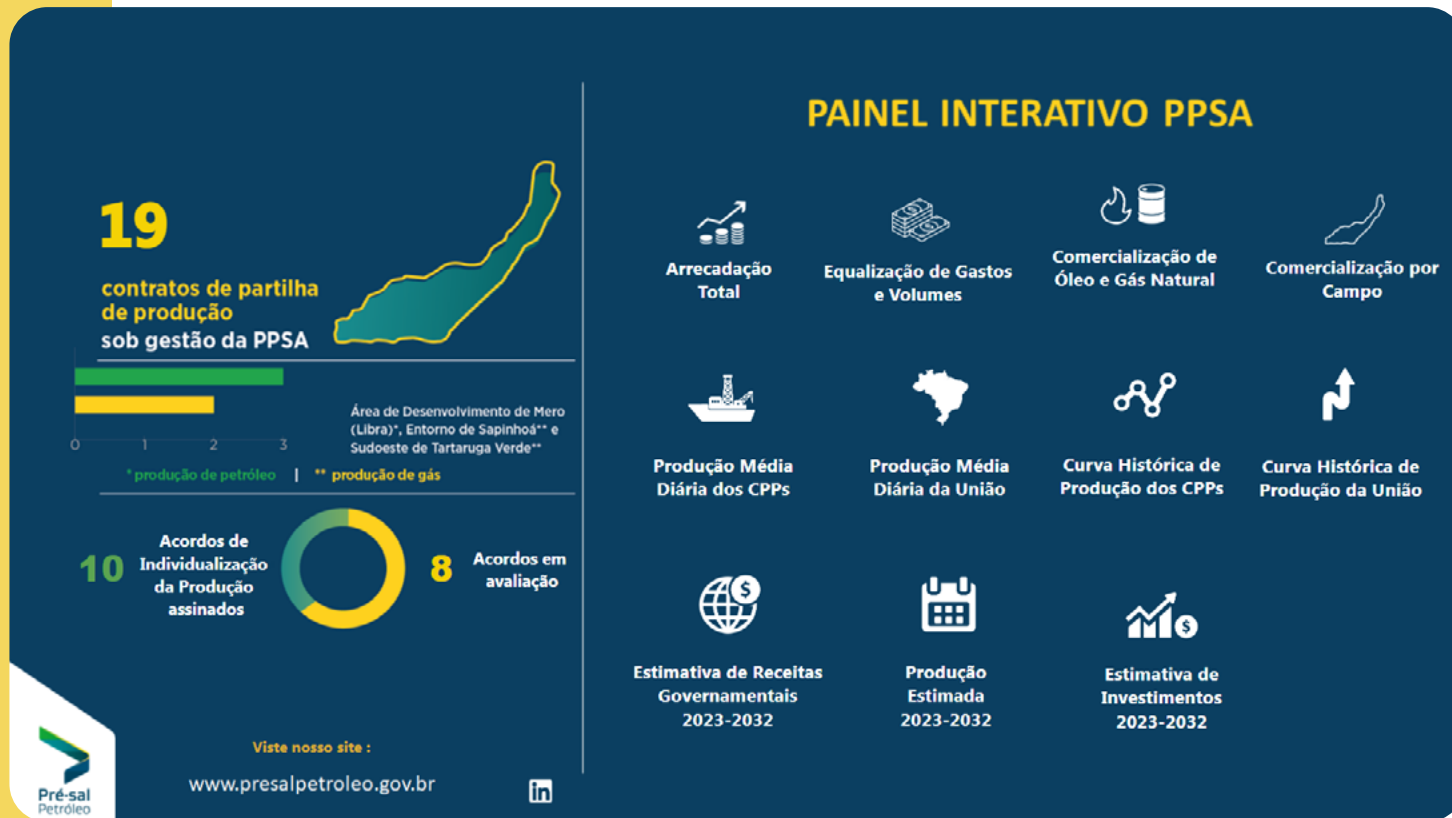
PETRÓLEO		GÁS NATURAL	
CAMPO	PRODUÇÃO (EM BARRIS)	CAMPO	PRODUÇÃO (EM M ³)
BÚZIOS	152 MILHÕES	BÚZIOS	528 MILHÕES
MERO	34 MILHÕES	ENTORNO DO SAPINHOÁ	64 MILHÕES
SÉPIA	24,5 MILHÕES	TARTARUGA VERDE SUDOESTE	11 MILHÕES

Mensalmente, divulgamos a produção de petróleo e gás natural dos contratos, além de compilar todos os dados em um painel interativo, que permite ao leitor desenvolver seus próprios gráficos conforme filtros de sua conveniência. No painel, é possível encontrar todos os dados com data retroativa a novembro de 2017, quando foi iniciada a produção da área de desenvolvimento de Mero, a primeira em regime de partilha de produção.

ACESSE

[Painel interativo Pré-Sal Petróleo para acompanhar a produção mensal de cada bloco:](#)

[Boletim mensal dos contratos de partilha de produção](#)





FPSO Guanabara

FPSO Guanabara e P-71 chegam no pré-sal da Bacia de Santos

Dois novos FPSOs iniciaram a operação em regime de partilha de produção em 2022: os FPSOs (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo) Guanabara e P-71. O Guanabara chegou ao campo de Mero (contrato de Libra), no pré-sal da Bacia de Santos, no final de abril. A plataforma é a primeira de uma série de quatro unidades definitivas programadas para Mero, cada qual com capacidade de produzir até 180 mil bpd de petróleo.

O FPSO Guanabara incorpora um dos mais robustos programas de captura, uso e armazenamento geológico de CO₂, o chamado CCUS. Como o campo de Mero tem um teor elevado de cerca de 45% desse gás, houve a necessidade de uma significativa redução das emissões de CO₂.

Além disso, o consórcio está desenvolvendo, para aplicação no campo, a tecnologia inédita de separação submarina batizada de HISEP® (High Pressure Separation). Com ela, será possível separar, ainda no leito marinho, o gás produzido rico em CO₂ para sua reinjeção no reservatório.

O Consórcio de Libra é operado pela Petrobras (40%), em parceria com a Shell Brasil (20%), TotalEnergies (20%), CNPC (10%) e CNOOC Limited (10%).

O FPSO P-71 iniciou sua operação em dezembro no campo de Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos, a 200 km da costa do Rio de Janeiro. A P-71 tem capacidade para processar diariamente até 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás, além de armazenar até 1,6 milhão de barris de óleo.

Essa plataforma será a única a produzir no campo de Itapu, operado integralmente pela Petrobras nos regimes de cessão onerosa e partilha de produção. A previsão da companhia é de que a unidade alcance sua capacidade máxima de produção em 2023.

Futuros FPSOs

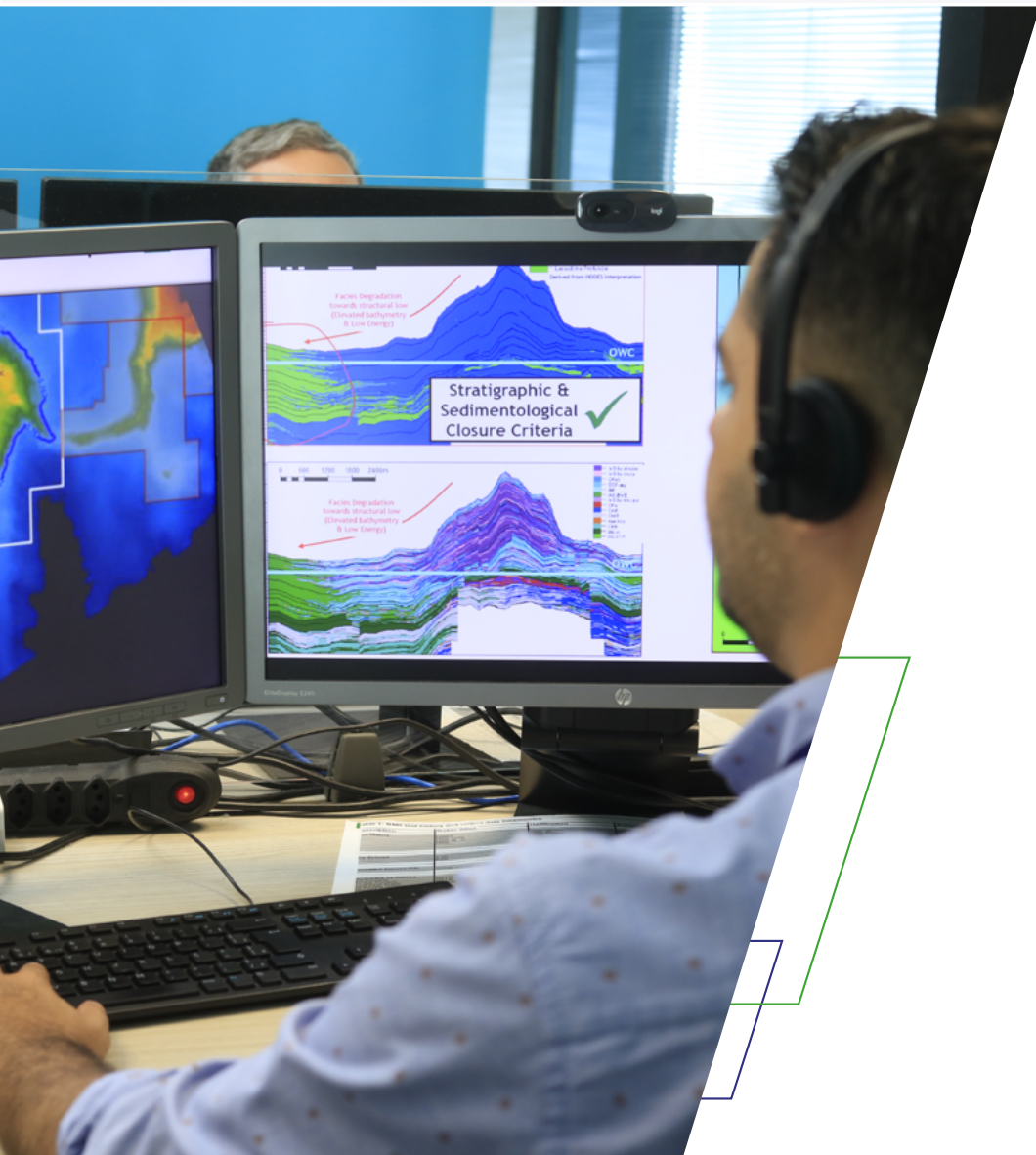
Outros oito FPSOs estão em construção para operar nos contratos de partilha de produção: quatro para Búzios, 3 para Mero e 1 para Norte de Carcará. O primeiro óleo de Búzios-5 está previsto para junho de 2023. O primeiro óleo para o FPSO Sepetiba, que irá operar em Mero 2, também está previsto para 2023. Ao longo do ano, também foi realizada licitação para aquisição de outras unidades para Búzios.

A pandemia da Covid-19 continuou, entretanto, afetando o cronograma dos projetos como um todo na indústria global de petróleo e gás natural. A Equinor adiou, de 2024 para 2025, a previsão de início da produção no campo de Bacalhau (Norte de Carcará), no pré-sal da Bacia de Santos, em função de atrasos na construção do FPSO, na China. O primeiro óleo de Búzios-5 também atrasou de março para junho de 2023, por conta dos problemas associados à pandemia e que comprometeram a conclusão do FPSO.

Em nosso estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, estima-se a contratação de 21 FPSOs até 2029.



P-71



Três descobertas e dois testes realizados nos CPPs

Em 2022, foram registradas três descobertas e dois testes de formação revestidos (TFR) nos contratos em regime de partilha de produção. Em janeiro, a Petrobras anunciou que encontrou indícios de gás natural no bloco de Três Marias, localizado no pré-sal da Bacia de Santos, no poço pioneiro 1-BRSA-1382D-RJS, em lâmina d'água de 2.223 metros. O campo foi arrematado na 4ª rodada de licitações em regime de partilha de produção e é operado pela Petrobras (30%), em parceria com a Shell (40%) e a Chevron (30%). Posteriormente, a empresa atualizou informações à ANP notificando também indícios de petróleo em Três Marias.

No mês de abril, foi anunciada nova acumulação de petróleo no pré-sal na região limítrofe entre as Bacias de Santos e Campos, no bloco Alto de Cabo Frio Central. O poço 1-BRSA-1383A-RJS está localizado a 230 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, em profundidade de 1.833 metros, e é operado pela Petrobras (50%), tendo como sócia a bp Energy do Brasil. O bloco foi arrematado na 3ª rodada de licitação de partilha de produção promovida pela ANP. Segundo a Petrobras, a descoberta foi possível graças ao uso de uma estratégia bem-sucedida do consórcio, baseada na máxima utilização dos dados, e na aplicação de novas soluções tecnológicas que possibilitaram o processamento dos dados adquiridos em tempo real e permitiram tomadas de decisão de forma ágil e segura.

No segundo semestre, outros dois poços apresentaram resultados positivos. Em 28 de outubro, a Petrobras informou que concluiu com sucesso o TFR no poço pioneiro 1-BRSA-1381-SPS (Curaçao) no bloco de Aram, na porção sudoeste da Bacia de Santos. O TFR avaliou um espesso intervalo de reservatórios carbonáticos do pré-sal, no qual foi possível conhecer sua produtividade através de dados dinâmicos de produção. Aram está localizado a 240 km da cidade de Santos (SP), em profundidade d'água de 1.905 metros, e é operado pela Petrobras (80%) em parceria com a chinesa CNODC (20%). O bloco foi arrematado na 6ª rodada de licitações em regime de partilha de produção, em 2019.

Em 30 de outubro, a Petrobras confirmou a descoberta de petróleo na área coparticipada de Sépia. A perfuração de poço tinha o objetivo de testar a estrutura adjacente à principal no extremo noroeste do campo, localizado na Bacia de Santos, no estado do Rio de Janeiro. Segundo a empresa, a espessura efetiva da coluna de óleo é uma das maiores já registradas no Brasil, com este excelente resultado, um teste de formação revestido (TFR) foi iniciado em seguida à perfuração, permitindo, assim, avaliar as propriedades dinâmicas e extensão da descoberta. A área coparticipada de Sépia é composta pelo bloco de Sépia, adquirido pela Petrobras (100%) em 2010, e pelo bloco Sépia do Excedente da Cessão Onerosa (ECO), adquirido em dezembro de 2021 por consórcio composto pela Petrobras (30%), TotalEnergies (28%), QatarEnergy (21%) e Petronas (21%).

A PPSA faz a gestão de todos os contratos.

ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS

Nas demais áreas com atividades exploratórias e de desenvolvimento, os operadores informaram em 2022:

- ✓ Início de duas campanhas de perfuração da etapa de desenvolvimento: Bacalhau e Itapu;
- ✓ Continuação da perfuração e completação de poços para o desenvolvimento de Mero, com a utilização de três sondas.

Evolução na gestão

Para fazer a gestão dos contratos, contamos com uma equipe de Gerentes Executivos que trabalham em conjunto com um escritório interno de projetos, a Consultoria Jurídica e as Superintendências de Reservatórios, Exploração e Desenvolvimento, Acompanhamento da Produção e Comercialização. O quadro apresenta as atividades usuais realizadas na gestão dos contratos.

Cada contrato conta com um Comitê Operacional (OPCOM), liderado pela PPSA, que é o órgão responsável pela aprovação das estratégias, planos, projetos e todos os dispêndios realizados. Os contratos contam também com subcomitês técnicos para assessoramento ao OPCOM.

ATIVIDADES USUAIS NA GESTÃO DO CONTRATO

Aprovação de **Estratégia e Programa Exploratório**.

Aprovação técnica e econômica do **Plano de Desenvolvimento**.

Aprovação (**EVTE**) dos **Projetos** em cada Fase do desenvolvimento.

Avaliação crítica de **orçamento e programa de trabalho anual**.

Garantia de **competitividade em contratações**.

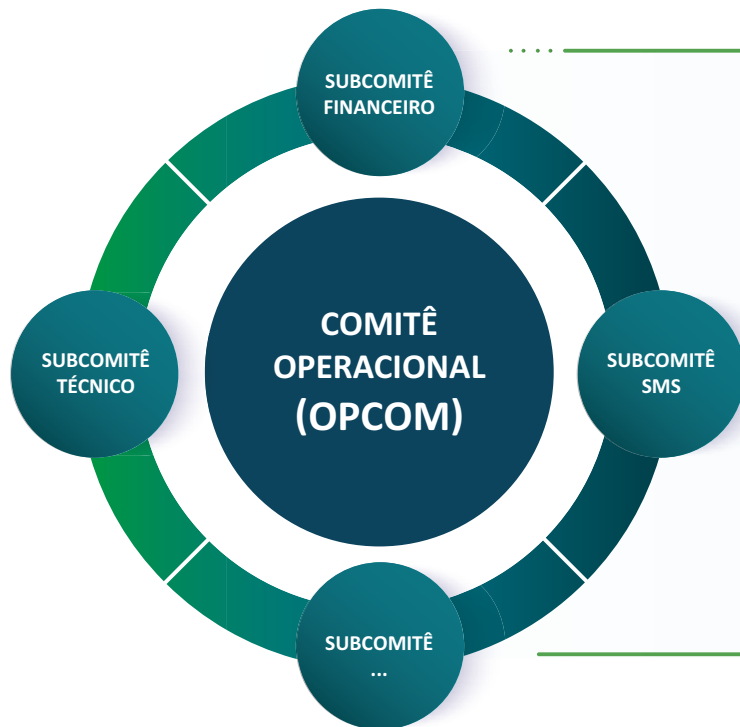
Monitoramento e auditoria de Projetos e Custos.

Acompanhamento do **conteúdo local**.

Determinação e estimativas da **produção da União**.

Reconhecimento de custos.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO (CPP)



ATUAÇÃO DO OPERADOR NO CPP

Cabe ao **operador** conduzir as operações do consórcio, com fidelidade aos objetivos do CPP.

O QUE É O COMITÊ OPERACIONAL (OPCOM)?

Instância decisória dos consórcios, responsável pela aprovação das estratégias, planos, projetos e de todos os dispêndios a serem realizados.

ATUAÇÃO DA PPSA NO OPCOM

A PPSA representa os interesses da **União** no OPCOM, indicando seu presidente, tendo para tanto **50% dos votos**, além de **poder de veto e voto de qualidade**. A PPSA lidera o comitê.

O QUE SÃO OS SUBCOMITÊS?

Grupos, constituídos por representantes dos consorciados, de assessoramento e recomendação sobre temas específicos para suportar decisões do OPCOM.

Com o desenvolvimento dos contratos, o volume de atividades foi naturalmente maior em 2022, evidenciado pelos indicadores da empresa. No total, foram recebidos 546 ballots (registro de votos) para contratação de bens e serviços, entre outras decisões, 56% acima do registrado no ano anterior. Mesmo com o aumento da quantidade, o tempo de resposta a esses ballots caiu em 28%, alcançando uma média de 4,8 dias. O número de notas técnicas elaboradas para dar suporte às atividades dos contratos cresceu ainda mais: cerca de 83%, atingindo 417 documentos emitidos.

Para ganhar mais eficiência, as equipes trabalharam com o intuito de aprimorar e simplificar a gestão.

Confira ao lado as principais realizações.

//////////
O registro de votos é parte de uma das principais atividades realizadas na empresa: o processo de reconhecimento de custos, etapa fundamental para que os consórcios possam computar o custo em óleo dos contratos visando futura recuperação. O infográfico em destaque na próxima página ilustra o processo e, para saber mais, elaboramos um e-book destinado ao tema.

CONTROLES INTERNOS

Uma série de revisões e aprimoramentos foram realizados para facilitar a gestão e aumentar o acompanhamento dos projetos.

- ✓ Revisão de procedimentos para gestão dos contratos;
Unificação dos modelos de governança de contratos de partilha de produção e dos acordos de individualização da produção;
- ✓ Elaboração de um painel de documentação dos contratos;
- ✓ Elaboração da carteira de projetos da PPSA, que apresenta as previsões atualizadas de produção, investimentos e custos operacionais de todos os contratos de partilha de produção e dos acordos de individualização da produção. Além das previsões, a carteira aponta os principais indicadores econômicos de cada projeto, tais como Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e Brent de Equilíbrio para os projetos.

TECNOLOGIA

- ✓ As equipes trabalharam para aprimorar o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP), uma plataforma digital desenvolvida com tecnologia Software as a Service (Saas) que automatizou nosso fluxo de trabalho com o input de dados dos contratos. Atualmente, todo o processo de reconhecimento de custos e acompanhamento da produção é realizado por meio do sistema. Entre os principais benefícios registrados estão a governança dos processos, a eficiência operacional, a visibilidade integral da operação e a agilidade para o negócio.

ANÁLISE TÉCNICA DOS CUSTOS PARA RECONHECIMENTO



- ✓ Verificar as atividades **aprovadas e gastos**;
- ✓ Utilizar **planejamento dos projetos e relatórios** de atividades;
- ✓ Analisar **tecnicamente** as atividades realizadas e validá-las;
- ✓ Analisar **tecnicamente** os quantitativos e validá-los;
- ✓ Concluir análises no SGPP → **gastos reconhecidos ou não**.

ACESSE

Saiba mais sobre o tema:

[Entendendo o processo de reconhecimento e recuperação de custos nos contratos de partilha de produção](#)



Com o uso de *softwares* especializados e com um acordo de cooperação técnica com a ANP, também foi estruturado um banco de dados técnicos, permitindo à equipe acesso remoto para análise de mapas de todos os projetos, dados sísmicos, informação sobre os poços e montagem de *dashboard* personalizado. O banco permite aos profissionais realizarem a interpretação sísmica, avaliação de poços e modelagem geológica/geofísica dos reservatórios dos 19 contratos de partilha de produção que estão sob gestão da empresa, de modo colaborativo e à distância.





Monitoramento

Para facilitar o acompanhamento dos contratos em produção, a Superintendência de Desenvolvimento de Produção e a Tecnologia da Informação desenvolveram um painel interativo em Power BI que fornece, em tempo real para nossos técnicos, a produção de cada jazida e seus eventuais desvios comparados ao Programa Anual de Produção (PAP), ao Plano Anual de Negócios do operador e a previsão operacional mensal.

A partir de indicadores e parâmetros pré-estabelecidos, o painel aponta, ainda, a eficiência operacional da produção de cada jazida, permitindo à equipe acompanhar rapidamente o desempenho de cada campo e atuar junto ao operador, caso necessário.

As informações disponibilizadas na ferramenta são oriundas do SGPP, uma plataforma digital desenvolvida pela empresa para atender à gestão dos contratos de partilha de produção. Desde 2019, o SGPP é alimentado pelos operadores com dados dos contratos, tendo automatizado tarefas rotineiras desempenhadas, até então, manualmente pelos nossos técnicos, a exemplo do processo de reconhecimento de custos de cada um dos projetos (como compra de equipamentos, prestação de serviços, mão de obra, custos de perfuração) e do próprio acompanhamento da produção de cada consórcio. Com o lançamento do painel interativo, damos mais um salto na gestão, deixando as informações dos campos em produção acessíveis em um grande painel de controle.

Todos os contratos que entrarem em produção passarão a ter suas atividades monitoradas no painel. Quando necessário, os indicadores e sua frequência de monitoramento poderão ser customizados e complementados por cada operador, em função das características técnicas das jazidas ou do estágio de implantação dos projetos.

Um segundo painel, em fase final de testes, desenvolvido também em *Power BI*, traz um *dashboard* com o cálculo automático, para cada contrato, da alíquota mensal do excedente em óleo da União, importando os dados do módulo de produção do SGPP.

Gestão Tecnológica

Como uma das iniciativas que fizeram parte do Planejamento Estratégico 22-26, constituímos um Comitê de Gestão Tecnológica com objetivo de identificar oportunidades de fomentar novas tecnologias e melhores práticas nos projetos do pré-sal, ao longo de toda a vida dos campos, buscando melhores resultados econômicos, maior segurança e redução dos riscos operacionais. O comitê já conta com um banco de tecnologias inovadoras e está acompanhando de perto suas evoluções.

Entre as práticas selecionadas, está a utilização de inteligência artificial para automatizar a atuação proativa da completção inteligente, mecanismo de controle remoto das válvulas dos poços. Essa implementação tem potencial para aumentar a recuperação de óleo.

Em outra frente de trabalho, o comitê realizou uma sessão técnica com a participação de operadores e empresas de serviço durante o 5º Fórum Pré-Sal Petróleo, em novembro, para debater a prevenção e o combate à perda de circulação de fluidos, tema comum a projetos do pré-sal.



ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

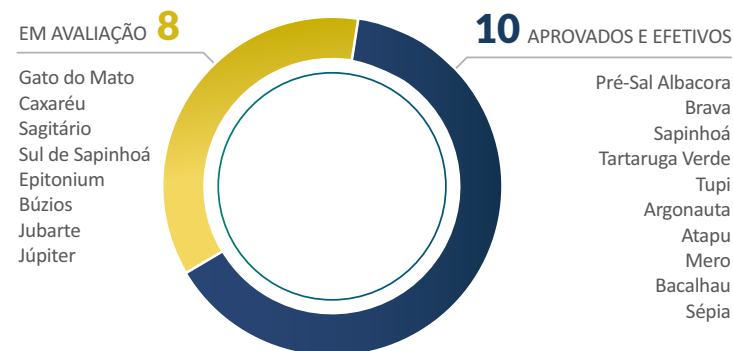
Um procedimento de individualização da produção, também conhecido como Unitização, é iniciado quando se verifica a possibilidade de que o limite de uma jazida petrolífera ultrapasse os limites de uma área outorgada (Capítulo IV da Lei nº 12.351/2010). Nessas circunstâncias, quando uma área não contratada no Polígono do Pré-sal ou uma área estratégica está envolvida, é função da PPSA representar a União nesses procedimentos. A unitização permite que a produção, os custos e o plano de desenvolvimento da jazida sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas, garantindo a racionalidade da produção e evitando a lavra predatória.

Em 2022, dois AIPs passaram a ser efetivos, tornando oficialmente unitizadas as jazidas de Mero e Bacalhau, bem como foram assinados os termos aditivos aos AIPs de Sépia e de Atapu, em razão da celebração dos contratos de partilha de produção provenientes da segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa. Atendendo solicitação da ANP, também foi assinada uma nova versão do AIP de Búzios, que está aguardando autorização da agência para tornar-se efetiva. No momento, a área atua com base no compromisso de individualização da produção assinado anteriormente e que foi recebido pela ANP como um AIP.

Também foi realizada a primeira redeterminação (termo que é definido pela ANP como “alteração da participação estabelecida no acordo de individualização da produção ou no compromisso de individualização da produção” – Resolução ANP nº 867/2022) da

jazida de Sapinhoá. Esse AIP foi assinado em 31 de janeiro de 2016 e tornado efetivo, após aprovação da ANP, em novembro de 2018, estabelecendo que a fração da União na jazida compartilhada seria de 3,7%. Desde a assinatura do contrato de partilha de produção do Entorno de Sapinhoá, em 31 de janeiro de 2018, essa participação cabe ao consórcio do referido contrato, composto pelas mesmas companhias do consórcio de Sapinhoá e pela PPSA no papel de gestora do CPP. A redeterminação aumentou a participação do contrato de partilha de produção do Entorno de Sapinhoá. O aditivo ao AIP que implementa o novo índice está em análise na ANP.

Até o momento, dez AIPs encontram-se assinados e efetivos. Outros oito estão em processo de avaliação.



Entenda as atividades realizadas pela empresa para representar a União nos Acordos de Individualização da Produção:

Acesse o site para detalhamento dos acordos:

[Acordos Assinados](#)

[E-book "Entendendo os Acordos de Individualização da Produção"](#)



Estudos e análises de geologia & geofísica e de engenharia de reservatórios para determinar a participação da União em cada AIP

Processo negocial para delimitar a participação da União com o operador e os sócios

Redação e encaminhamento à ANP dos acordos de gestão, pré-AIP e AIP de cada área



COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Em 2022, comercializamos R\$ 4,68 bilhões de petróleo e R\$ 31,43 milhões de gás natural, perfazendo um total de receitas de R\$ 4,71 bilhões para a União.

A comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União teve início em 2018, com a venda das primeiras cargas da União referentes a Mero. Com o desenvolvimento dos contratos, o volume entrou em ritmo de crescimento. Em 2021, realizamos, na Bolsa de Valores de São Paulo, o 3º Leilão de Petróleo da União para comercialização de mais de 55 milhões de barris de petróleo de propriedade da União, oriundos de Búzios, Sapinhoá, Tupi e de Mero, a serem entregues ao longo de cinco anos.

Em 2022, entregamos 22 cargas de petróleo da União, totalizando 10,9 milhões de barris. O montante foi dividido em dez cargas do campo de Mero, quatro de Tupi, quatro de Búzios, três de Entorno de Sapinhoá e uma de Sépia. À exceção dessa última, cuja comercialização se deu por meio de processo competitivo em separado e vencido pela Galp Energia Brasil, as demais foram comercializadas no leilão de 2021, tendo como vencedora a Petrobras. Novos processos serão realizados em 2023 e 2024.

Em 2022, também foram comercializados 64,89 milhões de m³ de gás natural provenientes de Entorno de Sapinhoá, Tupi, Búzios e Tartaruga Verde em contratos com a Petrobras. Com o avanço do processo de abertura do mercado de gás natural, já está em planejamento a realização de um certame competitivo para a venda do gás natural no intuito de maximizar as receitas da União.



EVOLUÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO



A comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União teve início em 2018, com a venda das primeiras cargas da União referentes à Área de Desenvolvimento de Mero. Outras cargas foram comercializadas por processo de venda direta.



Em 2021, comercializamos, na Bolsa de Valores de São Paulo, mais de 55 milhões de barris de petróleo de propriedade da União, oriundos dos campos de Búzios, Sapinhoá, Tupi e da Área de Desenvolvimento de Mero, a serem entregues ao longo de cinco anos.

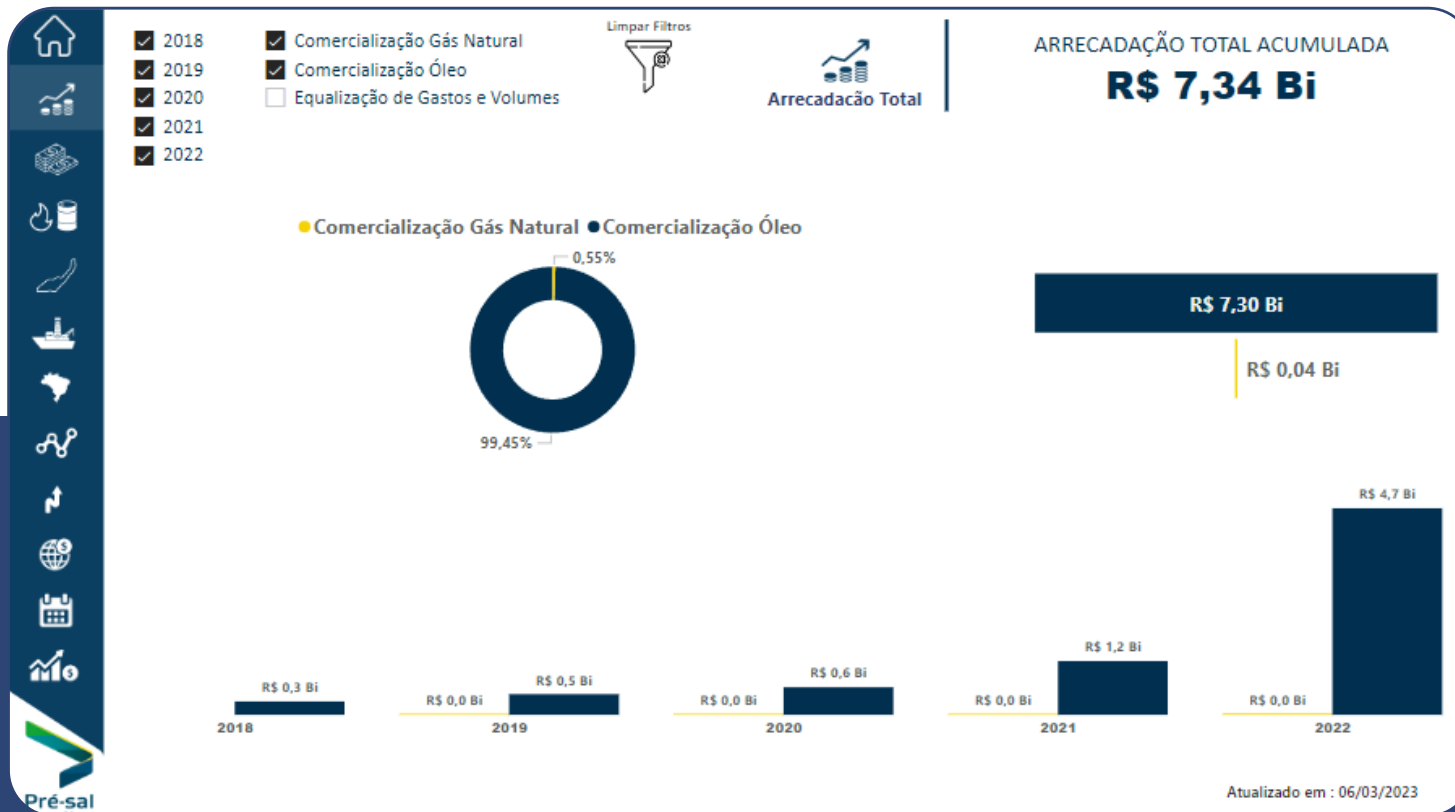


Em 2022, arrecadamos R\$ 4,71 bilhões para a União com a comercialização das parcelas de petróleo e gás natural.



Preparação para um novo leilão de grande porte, contemplando a produção dos CPPs de Mero, Búzios, Bacalhau, Sépia, Atapu e Itapu. Data alvo: 1º trimestre de 2024.

RESULTADOS OBTIDOS DE 2018 A 2022



Fonte: Painel Interativo Pré-Sal Petróleo

Entenda as atividades da comercialização

ATIVIDADES DA GESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

- Análise e definição de modelos de comercialização para contratação de compradores de petróleo e gás natural;
- Desenvolvimento de processos de venda (leilões, consultas diretas, etc.) e minutas contratuais;
- Acompanhamento dos mercados de petróleo e gás natural e definições de metas e estimativas de receitas para a União;
- Negociações de Lifting Agreements e Loan in Kind Agreements para cada um dos FPSOs;
- Acompanhamento da formação e nomeação de cargas e atualizações junto aos Operadores da Produção e aos Compradores;
- Execução e controle das atividades relativas aos processos de mútuos (empréstimos e restituições) para composição de cargas;
- Acompanhamento de estoques e dos saldos de créditos e débitos de ICMS decorrentes das operações de mútuos;
- Intermediação das nomeações e aprovações de navios aliviadores;
- Nomeação dos inspetores independentes e acompanhamento das inspeções dos alívios nos FPSOs e navios aliviadores;
- Acompanhamento, execução e controle das atividades relativas a cálculos de preços, autorizações para faturamentos e emissões de documentos de cobrança, receitas, volumes comercializados, etc.;
- Consultas e tomadas de preços para contratações de companhias inspetoras e agências de informações de preços e logística;
- Envio de relatórios mensais à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e estimativas de cálculos dos Preços de Referência.



Em busca de alternativas logísticas

No intuito de potencializar os ganhos para a União no escoamento de sua produção, acompanhamos as iniciativas dos operadores no sentido de buscar novas tecnologias para redução de custos logísticos nas operações no pré-sal. Entre os estudos, destacam-se as alternativas para as operações de descarregamento (alívio) do óleo das Unidades FPSO, com a utilização do Cargo Transfer Vessel (CTV), embarcação de menor porte, em substituição ao emprego exclusivo de navios especiais equipados com posicionamento dinâmico.

O CTV tem se apresentado como uma opção para o carregamento do óleo de FPSOs nas bacias de Santos e Campos. A embarcação conecta o FPSO ao navio aliviador convencional em segurança e tem potencial de grande simplificação e redução dos custos de alívio nos projetos de desenvolvimento de produção.

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Estamos instalados no Edifício RB1, no Centro do Rio de Janeiro, e nos comprometemos, sistematicamente, com as iniciativas da administração do prédio. O condomínio implementa coleta seletiva desde 2010 e regularmente faz campanhas de assistência ao próximo, franqueadas aos nossos colaboradores.

Internamente, nossa Gerência de Licitações e Contratos observa os parâmetros do Decreto nº 7.746, de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. Conforme o caso, os fornecedores são obrigados a cumprir cláusulas específicas referentes à proteção ambiental, tais como: uso de produtos biodegradáveis, equipamentos que apresentem eficiência energética, redução de consumo e de desperdícios e menor poluição.

Como gestores dos contratos de partilha de produção, acompanhamos regularmente os esforços dos consórcios na busca por tecnologias mais limpas na exploração, desenvolvimento e produção dos campos. Participamos de subcomitês técnicos sobre o tema e apoiamos iniciativas que observem boas práticas de sustentabilidade.

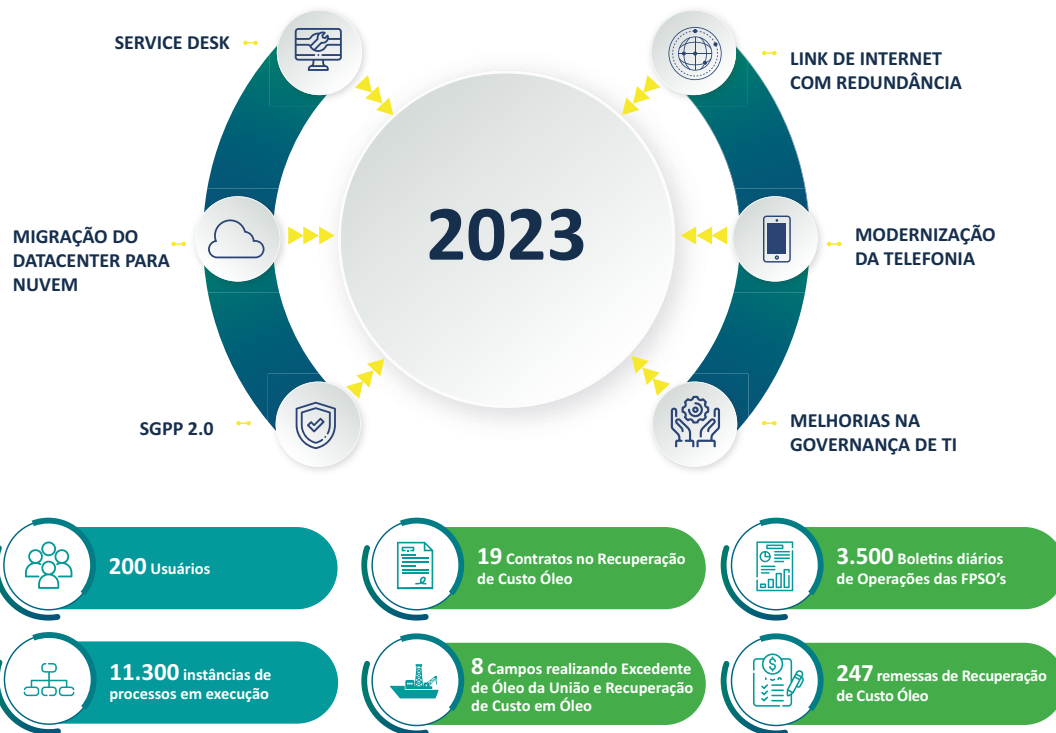


GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

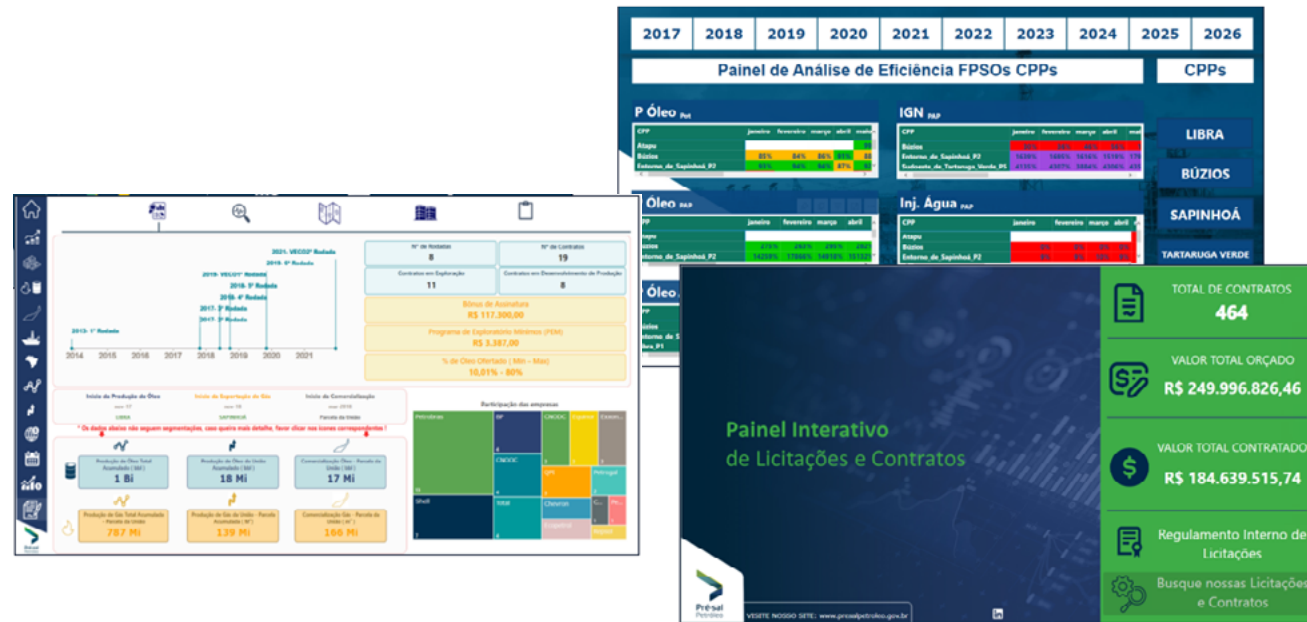
Prover a empresa de maior agilidade nos processos internos por meio de recursos tecnológicos, garantir a segurança da informação e aperfeiçoar as ferramentas de gestão estão entre as principais diretrizes que marcaram as atividades da área de Tecnologia da Informação em 2022.

Na busca por mais segurança, ao longo do ano foram realizadas a migração do data center e do site da PPSA, além da aquisição de um novo firewall. Em outra frente, a empresa substituiu todos os desktops por notebooks para todos os funcionários, oferecendo, assim, melhores condições para o trabalho em *Home Office*, que continua sendo realizado duas vezes durante a semana.

Para dar suporte aos gestores, foram realizadas diversas melhorias no SGPP. Como já explicitado, a plataforma atende a todos os contratos de partilha de produção e recebe e armazena cerca de 3.500 boletins diários de operação dos FPSOs em produção no polígono do pré-sal. Cerca de 200 usuários utilizam o sistema regularmente. Entre as melhorias implementadas estão o aprimoramento da base de dados para elaboração automática de indicadores e relatórios, a inclusão de mensagens de aviso do término do prazo para análises técnicas, assegurando o cumprimento de prazos, e novas telas para inclusão de documentos do operador.



Em outra frente, a empresa seguiu avançando na estruturação de painéis dinâmicos, desenvolvidos em Power BI. Foram elaborados painéis internos para serem utilizados como ferramentas de gestão de contratos e de acompanhamento de produção e um painel interno de licitações e contratos, com objetivo de ampliar a transparência da empresa.



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Em 2022, foram realizadas 42 contratações, envolvendo um valor aproximado de R\$ 5,3 milhões. Entre as mais significativas, destacamos a locação de equipamentos de informática (R\$ 2,4 milhões), a prestação de serviços técnicos especializados para dar suporte às atividades de gestão dos contratos de partilha de produção (R\$ 1,6 milhão), a contratação de serviços de acompanhamento dos preços de petróleo (R\$ 352 mil) e dos preços de frete de petróleo (R\$ 270 mil) e a aquisição de equipamentos firewall (R\$ 222 mil).

Dos R\$ 5,3 milhões contratados, cerca de 80% foram na modalidade pregão eletrônico. Para participar das licitações, todos os fornecedores devem garantir que não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, não trabalham com menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos; não possuem em sua cadeia produtiva empregados executando trabalhos degradantes, forçados ou semelhantes a trabalho escravo, cumprem a legislação sobre pessoas com deficiências físicas (acessibilidade) e a legislação sobre proteção de dados.

Nossa atuação observa os parâmetros do Decreto nº 7.746, de 2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Todas as licitações abertas ou já realizadas podem ser encontradas em nosso site, acompanhadas da documentação relativa ao certame. Para aumentar a transparência, elaboramos um painel interativo com filtros para todas as licitações.

ACESSE

[Licitações e Contratos](#)

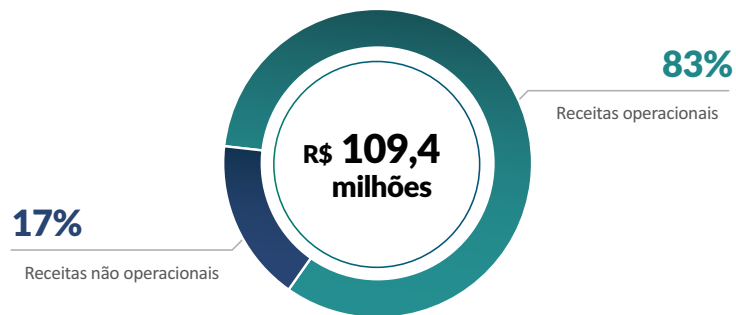
[Regulamento Interno de Licitações e Contratos](#)

[Painel de Licitações e Contratos](#)

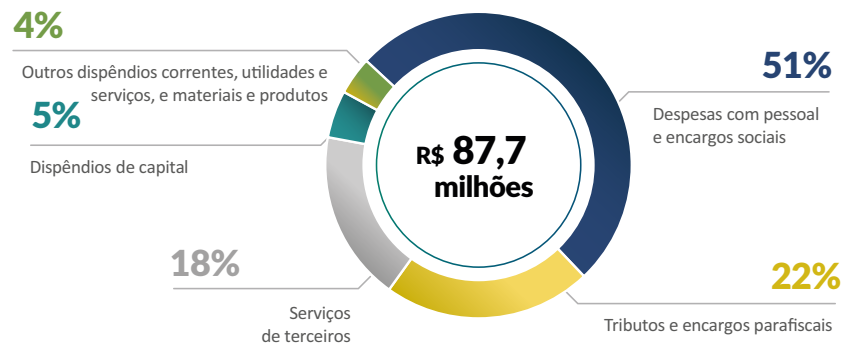


GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Anualmente, elaboramos o Programa de Dispêndios Globais (PDG) da empresa. Do PDG de 2022, aprovado pelo Decreto nº 10.892, de 2021, foram realizadas 104% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 109,4 milhões. Desse total, 83% são receitas operacionais e 17% receitas não operacionais.



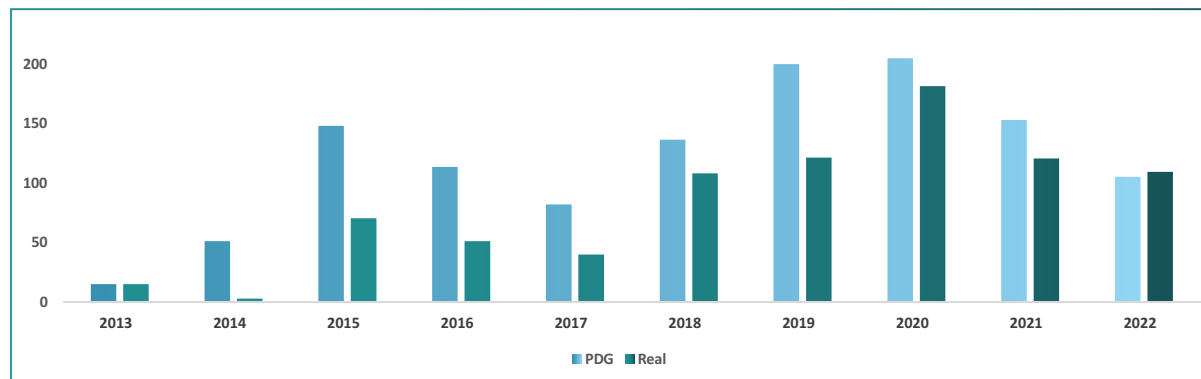
No que tange ao uso de recursos, foram realizados 80% do uso de recursos planejados, perfazendo R\$ 87,7 milhões. Desse total, 22% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 51% a despesas com pessoal e encargos sociais; 5% são correlatos a dispêndios de capital; e 18% a despesas com serviços de terceiros. Outros 4% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, materiais e produtos.



EVOLUÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

FONTES DE RECURSOS

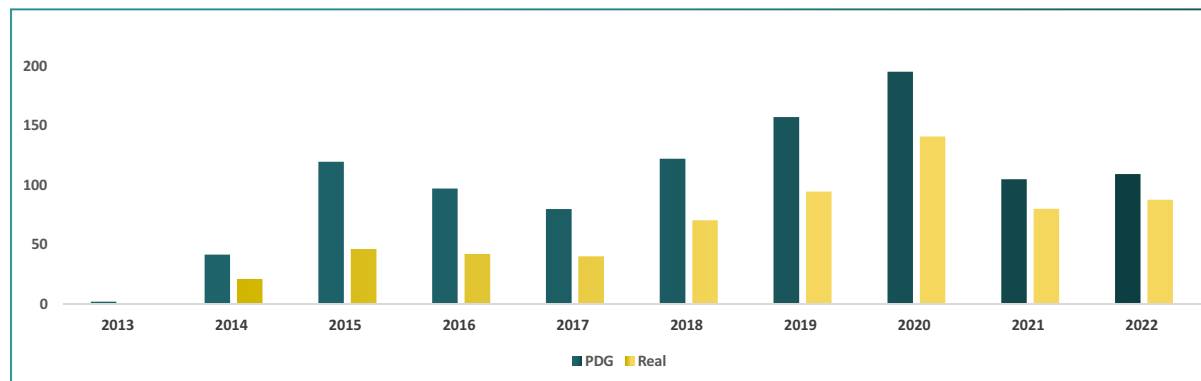
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PDG	15,15	51,23	148,06	113,5	82,00	136,34	199,87	204,78	152,96	105,26
Real	15,21	2,90	70,37	51,2	40,04	108,13	121,31	181,33	120,68	109,43



EVOLUÇÃO DO USO DE RECURSOS

USO DE RECURSOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PDG	2,01	41,62	119,58	97,09	79,91	122,09	157,13	195,12	104,81	109,16
Real	0,76	21,02	46,36	42,17	40,17	70,48	94,55	140,70	79,95	87,69



ACESSE

[Execução Orçamentária](#)





GESTÃO DE CUSTOS

Atualmente, nosso sistema de apropriação de custos está estruturado de forma setorial, classificado em centros de custos, em atendimento às exigências do art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Portaria STN nº 157/2011. Neste contexto, em 2022 o sistema de apropriação de custos foi composto por 38 centros de custos. O sistema de apropriação de custos tem como propósito contribuir para a mensuração, o controle e a avaliação dos gastos. Além disso, seu objetivo é alavancar a avaliação da qualidade do gasto público, sendo mecanismo de apoio à tomada de decisão, permitindo também análises setoriais dos custos. No caso da nossa empresa, os gastos apropriados pelas áreas finalísticas são classificados como custos dos serviços prestados. Já os gastos apropriados pelas áreas de suporte, ou demais áreas, são classificados como despesas operacionais.

Em 2022, foi mantida uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros.

GESTÃO PATRIMONIAL

Os recursos para investimentos necessários à manutenção e ampliação das atividades oriundas das nossas atribuições legais advêm de aportes de capital da União (acionista única) e dos valores correspondentes às parcelas do bônus de assinatura destinados à companhia, nos termos da parte final do inciso I do art. 7º da Lei nº 12.304, de 2010.

Durante o ano de 2022, obtivemos R\$ 14,6 milhões de receitas referentes a bônus de assinatura. E realizamos investimentos de R\$ 2,2 milhões em softwares especialistas de geociências (geologia e geofísica) e de simulação de reservatórios, para suporte às atividades técnicas da companhia.

Nossa empresa não possui imóveis próprios e ocupa, desde 2014, o quarto andar do Edifício RB1, localizado na Avenida Rio Branco, nº 1, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O imóvel está alugado junto à JC Investimentos Ltda. Em nossa filial de São Paulo, temos alugado, desde 2018, um espaço físico independente exclusivo junto à Open Offices Escritórios Compartilhados Ltda. Já em relação à nossa sede em Brasília, desde 2017 temos alugado, junto à empresa AHF Sistemas de Informática Ltda., um espaço físico e serviços administrativos.

No contexto do monitoramento do processo de gestão patrimonial, possuímos um controle informatizado de todos os itens de imobilizado, que são, atualmente, representados, majoritariamente, por equipamentos de TI, aquisição de móveis e utensílios e benfeitorias de infraestrutura efetuadas ao final de 2019 e início de 2020 no escritório central do Rio de Janeiro.



6

PERSPECTIVAS

PLANO ESTRATÉGICO 2023-2027

Para construção do Plano Estratégico 2023-2027, a companhia levou em consideração os avanços alcançados no ciclo anterior e a análise do cenário econômico e energético para os próximos anos, os normativos legais e o contexto atual e futuro da empresa.

Com o envolvimento direto da alta administração e demais gestores, o processo considerou as estimativas de produção de petróleo e gás natural dos contratos de partilha de produção e a parcela projetada para a União, estabelecendo as principais ambições para os próximos cinco anos para posterior priorização das iniciativas estratégicas.

ATIVIDADES PREVISTAS PARA O HORIZONTE 2023-2027

2023-2027

- Incremento de contratos de partilha de produção, fruto da Oferta Permanente em dez/22
- Comercialização crescente de petróleo e gás da União ao longo dos próximos anos
- Crescimento da empresa (recursos humanos e tecnológicos, transformação digital)
- Importância da sustentabilidade financeira de longo prazo
- Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais
- Gestão Tecnológica e da carteira de projetos.
- Contratação da continuidade do SGPP
- Melhoria contínua da transparência e da comunicação
- Aderência às melhores práticas de governança e integridade
- Melhoria e simplificação de processos

Conforme o estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, divulgado em novembro de 2022, com o natural desenvolvimento das atividades nos contratos, o próximo quinquênio será de crescimento constante dos volumes de produção neste regime. Para nós, tal cenário se traduz em incremento das atividades de gestão e comercialização, com conseqüente necessidade de melhorias na estruturação da empresa.

Em observância a esses fatores, foram estabelecidas três diretrizes estratégicas e 12 objetivos para o ciclo 2023-2027.

Os objetivos estratégicos se desdobram em iniciativas estratégicas. Para conhecê-las, acesse:

[Plano Estratégico 2023-2027](#)



1ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Aprimorar os processos técnicos e de gestão de contratos de partilha de produção (CPP)



META

Simplificar os processos de forma a torná-los mais eficientes e com mais valor agregado, permitindo que a PPSA execute cada vez melhor suas atribuições relacionadas aos CPPs.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Sistematizar a carteira de projetos.
- Simplificar processos ligados à gestão dos CPPs e Acordos de Individualização da Produção (AIP).
- Sistematizar controle de qualidade dos processos críticos.
- Fomentar a aplicação de soluções técnicas e inovações nos projetos de E&P.

2ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás



METAS

Gerir contratos de comercialização de petróleo e gás natural de forma a garantir os melhores resultados para a União; identificar novos modelos para a comercialização; e verificar alternativas tecnológicas e logísticas relacionadas à comercialização.



OBJETIVO ESTRATÉGICOS

- Definir modelo de comercialização de petróleo.
- Avaliar alternativas de alívio de petróleo.
- Identificar novos modelos para a comercialização do gás natural.

3ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Consolidar a estruturação da empresa



METAS

Adequar a empresa em termos de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para atender ao crescimento de suas atividades; ampliar a comunicação da empresa junto aos públicos de interesse e implantar a gestão do conhecimento de forma a garantir a manutenção das capacidades técnicas e gerencial da empresa.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Adequar o quadro de recursos humanos da PPSA.
- Implantar a Transformação Digital da Pré-Sal Petróleo.
- Ampliar a Comunicação da Empresa junto aos Públicos de Interesse.
- Garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo da PPSA.
- Preservar as competências técnicas e gerenciais da PPSA.



PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS

O Plano Anual de Negócios (PAN) serve de insumo para a elaboração do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e para o Programa de Dispêndios de Tecnologia da Informação (PDTI), identificando a necessidade de investimento em pessoal, software, hardware e infraestrutura, podendo, ainda, fornecer o quantitativo de pessoal a ser considerado para realização de processo seletivo público.

Entre as premissas consideradas para a realização do PAN 2023, estão os cronogramas de investimentos e contratações previstos nas iniciativas estratégicas, o cenário de quatro novos contratos para 2023, como resultado do 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, a análise da continuidade dos contratos atuais de prestação de serviços técnicos para o próximo ano e a possibilidade de realização de concurso público em 2023.

Com base no cenário analisado, foram estabelecidas as metas de topo, que fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos de curto prazo da companhia. São métricas que se desdobram por toda a estrutura organizacional, para garantir que as ações individuais estejam alinhadas com os principais compromissos do plano.

ACESSE

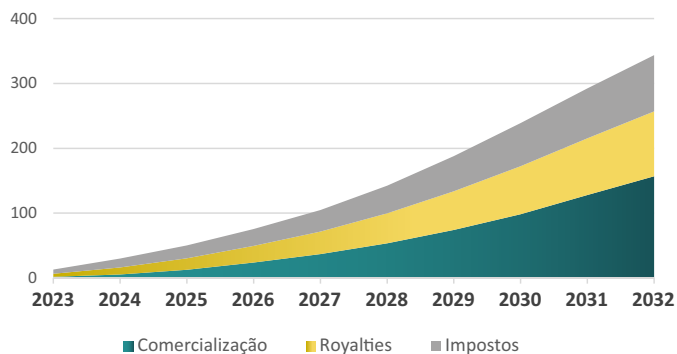
[Plano Anual de Negócios 2023](#)



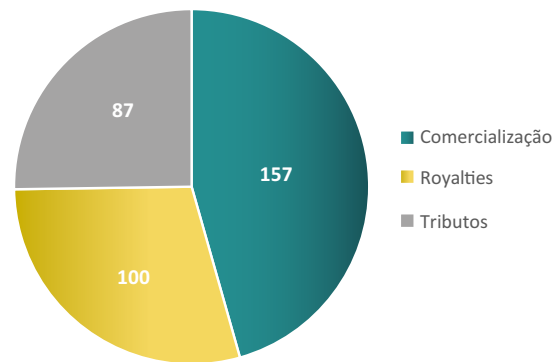
ESTIMATIVA DE RESULTADOS NOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Os contratos de partilha de produção deverão contribuir com cerca de US\$ 344 bilhões para os cofres públicos nos próximos dez anos. A maior parte desse montante virá da comercialização do petróleo que a União tem direito nos contratos até 2032, que, segundo o estudo, vai gerar uma arrecadação de US\$ 157 bilhões. Os demais recursos virão do pagamento de royalties (US\$ 100 bilhões) e dos tributos recolhidos pelas empresas produtoras, totalizando outros R\$ 87 bilhões.

RECEITA ACUMULADA PARA OS COFRES PÚBLICOS (BILHÃO US\$)



RECEITA ACUMULADA 2023-2032 (BILHÃO US\$)



A projeção é do estudo “Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção”, elaborado pela nossa Assessoria de Planejamento Estratégico e divulgado em novembro, no 5º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo. As projeções foram realizadas por meio do Modelo Econômico de Exploração e Produção de Petróleo e Gás, desenvolvido na PPSA, estimadas em dólar, utilizando o cenário de referência de preços de petróleo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

ENTENDA AS PREMISSAS DO ESTUDO:



PREÇO DO PETRÓLEO

Cenário de referência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de outubro de 2022



PRIMEIRO ÓLEO E CURVA DE PRODUÇÃO

Planos de Desenvolvimento existentes e estimativas da equipe técnica da PPSA, tendo como análogo um projeto típico do pré-sal



INVESTIMENTOS E CUSTOS

Planos de Desenvolvimento existentes e estimativas da equipe técnica da PPSA



FPSOS

Capacidades de até 225 mil barris/dia.
Investimentos: 3 anos anteriores ao primeiro óleo e no ano do primeiro óleo



POÇOS

1 poço produtor para cada 24 mil barris de capacidade do FPSO.

Para cada poço produtor, 1 poço injetor. 1 poço exploratório por projeto



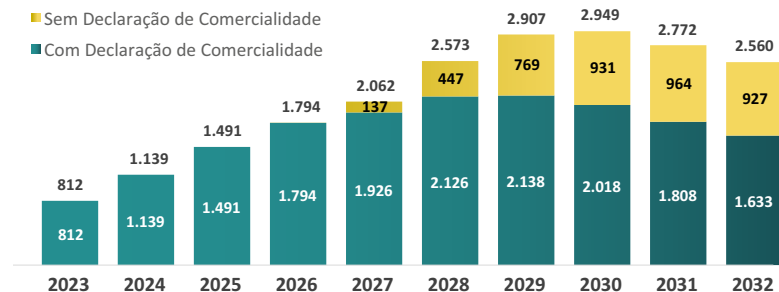
ARRECAÇÃO PARA A UNIÃO

Alíquota de oferta de excedente em óleo da União de cada contrato e o limite de recuperação de custo em óleo

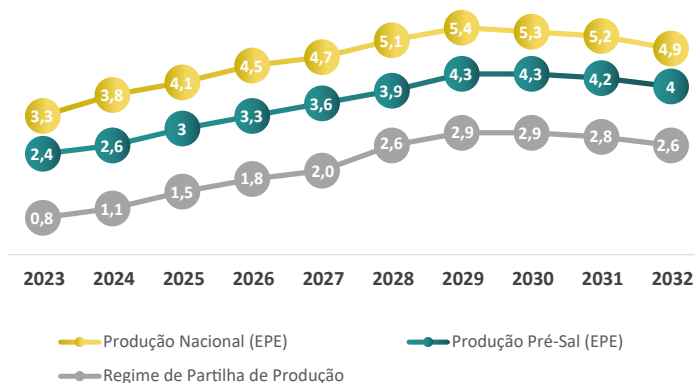
O estudo estima que a produção média de petróleo em regime de partilha de produção dará um salto, saindo dos 761 mil barris por dia (bpd), registrados em dezembro de 2022, para aproximadamente 2 milhões de bpd em 2027, e alcançando 2,9 milhões de bpd em 2030, o que representará mais da metade da produção nacional de

petróleo e cerca de 2/3 do total produzido no pré-sal naquele ano. Caso não haja novas descobertas exploratórias, é esperado um declínio natural desse volume para os dois anos seguintes, chegando a 2032 com 2,5 milhões de bpd. De 2023 a 2032, os contratos acumularão um total de 7,7 bilhões de barris produzidos.

ÓLEO PRODUZIDO SOB REGIME DE PARTILHA
(Em milhares de barris por dia)



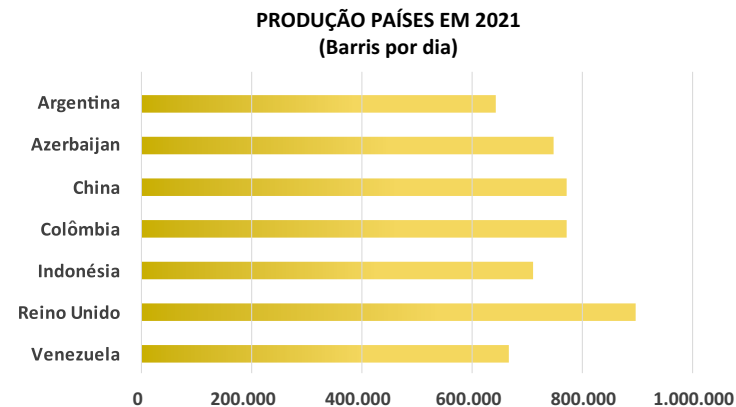
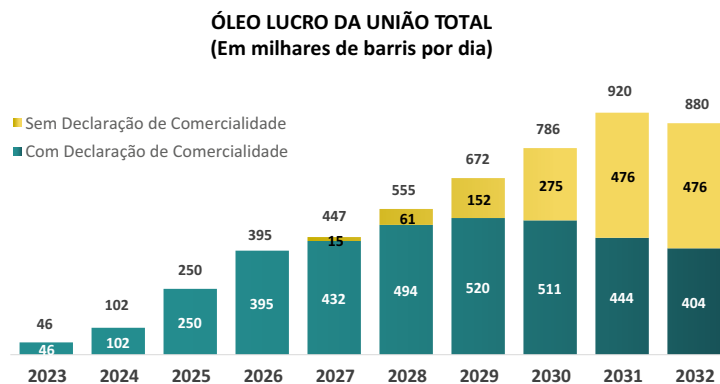
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO
(Em milhões de barris por dia)



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia 2032

A parcela da produção diária destinada à União, calculada a partir da alíquota de oferta de excedente em óleo da União de cada contrato e do limite de recuperação de custo em óleo de cada área, também apresentará crescimento contínuo até 2031, com leve declínio em 2032, pelas mesmas razões. O pico de produção ocorrerá em

2031, quando a produção alcançará 920 mil bpd, mais de 40 vezes o volume da produção média diária da União no ano de 2022 (22 mil bpd na média de janeiro a setembro). A produção prevista para a União em 2031 é comparável à produção atual do Reino Unido e superior à de países como Colômbia, Argentina e Venezuela.



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2022

O estudo estima que, em dez anos, a União terá acumulado 1,9 bilhão de barris de petróleo. Todo esse montante será comercializado pela PPSA, que ao final desta década arrecadará mais de US\$ 20 bilhões por ano para os cofres públicos.

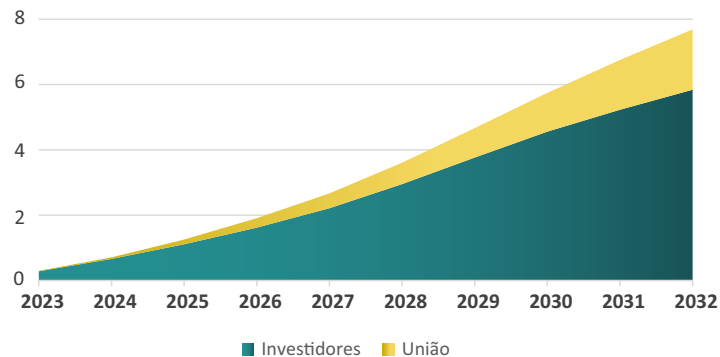
A tabela abaixo apresenta a evolução da arrecadação esperada com a comercialização do petróleo da União.

PRODUÇÃO TOTAL ACUMULADA DE

7,7 BILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO

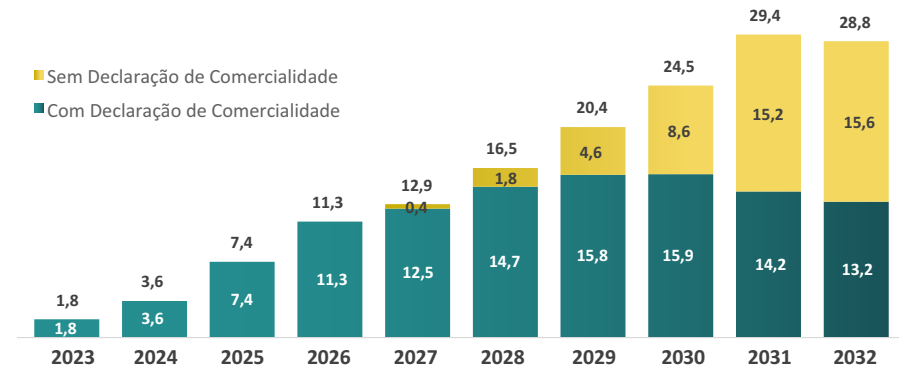
1,9 BILHÃO DE BARRIS DA UNIÃO (25% DA PRODUÇÃO)

BARRIS ACUMULADOS (BILHÃO US\$)



US\$ 157 BILHÕES ATÉ 2032

RECEITA COM ÓLEO LUCRO (BILHÃO US\$)

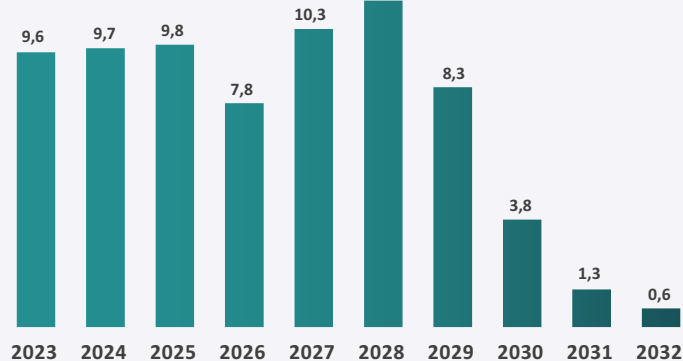


Expectativa de investimentos pelos consórcios

Para desenvolver os contratos de partilha de produção, serão investidos US\$ 72,5 bilhões entre 2023 e 2032, com pico em 2028.

Investimentos de **US\$ 72,5 bilhões** pela indústria

INVESTIMENTOS (BILHÃO US\$)



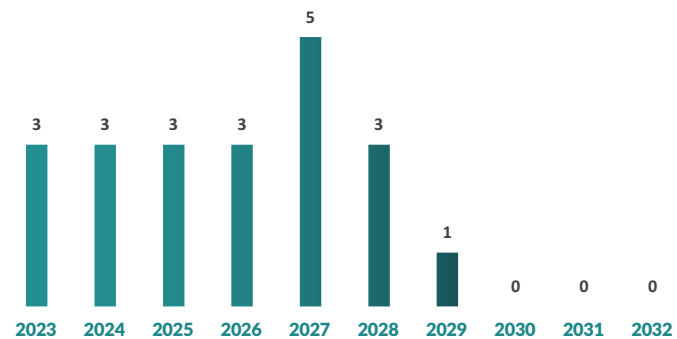
ACESSE

[Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção](#)

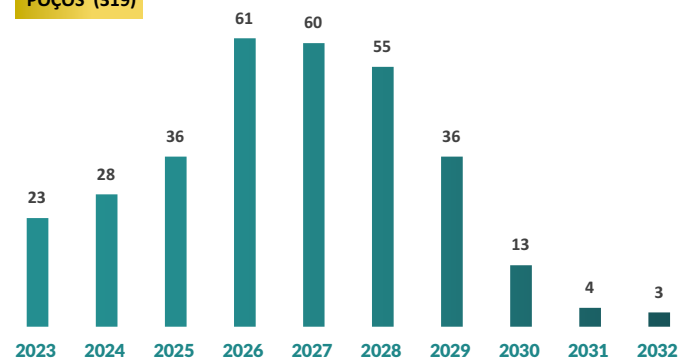


Demandas para a indústria

FPSOs (21)



POÇOS (319)



7

INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

CUSTEIO

Os recursos para custeio das atribuições legais da PPSA advêm do Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME). Esse contrato prevê a remuneração dos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural e nos acordos decorrentes da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei.

Como condição para o faturamento, a PPSA elabora o Relatório Mensal de Remuneração com todas as informações sobre os contratos sob sua gestão, até o quinto dia útil do mês subsequente, para que o MME efetue a conferência e libere o aceite dos serviços.

O primeiro Contrato de Remuneração foi assinado em 30 de novembro de 2015, tendo sido aditado para inclusão do CNPJ do escritório central no Rio de Janeiro e para estender a vigência até 30 de junho de 2021. Nesse contrato, a remuneração pela gestão e pela representação da União era proporcional ao número de contratos, à dimensão dos blocos, à quantidade de módulos da etapa de desenvolvimento e à vazão de fluidos produzidos, de acordo com as fases e as etapas de cada um deles.

Tratativas foram feitas com o MME desde o último trimestre de 2019, onde a PPSA pleiteou a aplicação dos índices de reajuste nas medições do contrato de remuneração durante toda a vigência do contrato. Com o aceite do MME, as medições efetuadas a partir de dezembro de 2019 foram devidamente reajustadas e quitadas em 2020.

Ao final do segundo trimestre de 2021, foram concluídas as negociações do novo contrato de remuneração, assinado em primeiro de julho de 2021 com duração de seis meses. Em dezembro de 2021, novo contrato foi assinado, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022. Em 31 de agosto de 2022 foi assinado um aditivo do contrato de remuneração com o MME com prazo de vigência estendido até 30 de junho de 2023. A PPSA não possui outras fontes relevantes de receitas além da remuneração dos serviços prestados à União e da parcela que lhe cabe do Bônus de Assinatura, sendo as demais fontes previstas em lei incipientes financeiramente.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2022, encerramos o exercício com R\$ 144,5 milhões em caixa e equivalentes de caixa, o que representou um aumento de 15% em comparação a 2021, sendo esta rubrica representativa de 98% do total do ativo circulante. No mesmo período, apresentamos receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União de R\$ 76,5 milhões. Esse total representa um aumento de 8,7%, comparativamente ao exercício de 2021, quando a receita bruta pela gestão de contratos e representação da União foi de R\$ 70,3 milhões. Em 2021, não tivemos receitas com bônus de assinatura, porém em 2022, tivemos R\$ 14,6 milhões de receitas.

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS

Aplicamos, a partir de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após essa definição, se um contrato contiver um arrendamento, este deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado, e no passivo, com apropriação de encargos financeiros. Em primeiro de janeiro de 2019, reconhecemos o valor presente de R\$ 7,8 milhões em direito de uso dos arrendamentos mercantis no ativo e no passivo, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento.

Tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido.

Os ativos de direito de uso, apresentados no ativo não circulante, representam, principalmente, os seguintes ativos subjacentes: aluguel de espaço físico (matriz e escritório central) e de equipamentos de informática. Os passivos de arrendamento mercantil estão sendo apresentados no curto e no longo prazo, em linha própria, nas demonstrações contábeis da companhia.

Durante o exercício de 2022, a demonstração de fluxo de caixa foi impactada por uma mudança dos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 2 milhões. A taxa de juros dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 7,57% a.a. A adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da empresa e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas existentes nos contratos enquadrados.

Em 2020, foram assinados contratos de aquisição de softwares com os fornecedores internacionais RFD Rock Flow Dynamics Inc. e Geoquest Systems B.V. O software fornecido pela RFD Rock Flow Dynamics Inc., voltado para a simulação de reservatórios e de análise de incertezas integradas, e o software Petrel, fornecido pela Geoquest Systems B.V., foi contratado na modalidade de processamento em nuvem, denominado Delfi, voltado para modelagem geológica e geofísica de reservatórios. Durante o ano de 2022, o total de pagamentos a esses fornecedores totalizou R\$ 5,7 milhões.

Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A data de aprovação dessas demonstrações, para fins das normas de auditoria, é a primeira em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem tais demonstrações, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que essas pessoas (com autoridade reconhecida) assumiram a responsabilidade por essas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a competência prevista no artigo 22, alínea “d”, do Regimento Interno, a GCF elaborou as demonstrações contábeis, com informações comparativas ao período anterior, em 8 de fevereiro de 2023. Essas demonstrações foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, registradas no balanço. A PPSA registrou um lucro líquido de R\$ 16,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e, nessa data, o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 132 milhões.

A administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

O julgamento significativo realizado pela administração é pautado: na consolidação do marco regulatório do regime de partilha de produção, com a promulgação da Lei nº

13.679, de 2018, que alterou as Leis nº 12.304, de 2010 e 12.351, de 2010 e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos; e na carteira de contratos de partilha de produção, acordos de individualização da produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, sob gestão da companhia.

A elaboração das demonstrações contábeis é feita a partir de prestador terceirizado de serviços contábeis e fiscais. Esse prestador é o responsável técnico que assina as demonstrações anuais da empresa. Toda movimentação desse tipo, reconciliada diariamente pela Gerência de Controle e Finanças, é enviada semanalmente para o prestador de serviços terceirizado, que processa todos os registros contábeis em seu ERP (*Enterprise Resource Planning* – Planejamento de Recursos Empresariais).

Para coordenar a atividade de fechamento contábil/fiscal mensal, a GCF elabora o cronograma de fechamento mensal, que dispõe de prazos para execução de todas as rotinas de fechamento mensal da empresa e envia ao prestador de serviços, de forma a ter um planejamento e controle dos responsáveis e entregáveis, com prazos. Mensalmente, a GCF elabora relatórios para a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, e procede à alimentação dos dados contábeis realizados nos sistemas de informação do Ministério do Planejamento (Siest e Siop). A proposta de destinação de resultados está vinculada à nossa Política de Distribuição de Dividendos, que reflete as disposições constantes no Estatuto Social e na Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A GCF é composta por um gerente, uma assessora especial de Tesouraria e uma assessora especial de Contabilidade. As competências estão descritas no artigo 22 do nosso Regimento Interno.

Avaliação dos custos operacionais e resultados financeiros e não financeiros da PPSA

A companhia acumulou R\$ 18,3 milhões em receitas financeiras durante o exercício de 2022, sendo o de aplicações financeiras no Banco do Brasil, o valor mais significativo em R\$ 14,4 milhões. O total de custos dos serviços prestados e despesas operacionais em 2022 foi de R\$ 72,3 milhões. A companhia finalizou o ano com lucro líquido de R\$ 16,4 milhões, gerando R\$ 3,9 milhões de dividendos a serem pagos em 2023. Em razão do lucro, a companhia apurou R\$ 3,9 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e R\$ 1,4 milhão de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL).

Custos

O total de custos dos serviços prestados e despesas operacionais em 2022 foi de R\$ 72,3 milhões, o que representou um incremento de 5,6% em relação ao exercício de 2021. Os custos e despesas de 2022 e 2021 ficaram similares, tendo pequena variação positiva nos valores de serviços prestados.

Aplicamos nossa disponibilidade financeira no Banco do Brasil em fundo de investimento de renda fixa, cuja composição, em sua totalidade, é de títulos públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos. Em 2022, nossos investimentos tiveram 11,85% de rentabilidade acumulada, gerando uma receita de aplicações financeiras de R\$ 14,4 milhões.



Operações da companhia

Em 2022, foi mantida uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros. A receita bruta de serviços pela gestão de contratos e pela representação da União totalizou R\$ 76,5 milhões, gerando R\$ 13 milhões em impostos diretos: PIS, COFINS e ISS. Nesse período, a PPSA acumulou R\$ 14,4 milhões em receitas de aplicações financeiras, contribuindo para fechar o exercício com lucro de R\$ 16,4 milhões. A PPSA provisionou R\$ 3,9 milhões de dividendos referentes ao lucro de 2022 e que serão pagos à União em 2023.

A PPSA acumulou R\$ 15,9 milhões em receitas financeiras líquidas, encerrando o exercício social com R\$ 144,5 milhões em caixa. O capital social, no valor total de R\$ 93,3 milhões e subscrito pelo acionista controlador, encontra-se 100% integralizado.



Receitas para a União

A PPSA arrecadou R\$ 1,22 bilhão para a União em 2021 e R\$ 4,71 bilhões em 2022, correspondentes à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da companhia. O resultado da comercialização, quando comparado ao de 2021, representa um aumento de 285,25%.

A tabela ao lado ilustra os valores arrecadados por campo em 2022:

ACESSE

[Demonstrações Contábeis](#)



RÓTULOS DE LINHA	VALOR EM R\$
MERO-ÓLEO	2.067.417.916,73
SAPINHOÁ-ÓLEO	727.706.590,89
BÚZIOS-ÓLEO	968.485.880,03
TUPI (LULA) - ÓLEO	918.373.086,13
BÚZIOS-GÁS	1.468.952,36
SAPINHOÁ-GÁS	21.973.433,20
TARTARUGA VERDE - GÁS	279.863,82
TUPI (LULA) - GÁS	7.712.437,24



Pré-sal
Petróleo

www.presalpetroleo.gov.br